

# SUBSECRETARIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE (SUPEC) DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP)

### SUBSECRETÁRIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

**Christiana Dornas Rodrigues** 

## ELABORAÇÃO: COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Gleysiane Freire Diniz – Supervisora do Contrato de Gestão
Marina Tereza da Silva Coelho – Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão
Beatriz Barbosa Pena Camargo – Representante da unidade jurídica do OEP
Ana Carolina dos Santos Gonçalves– Representante da unidade financeira do OEP
Cícera Maia - Membro da Comissão de Monitoramento

## ASSESSORIA DE GABINETE E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Anna Carolina Marotta de Oliveira Menezes

## SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Flávia Cristina Silva Mendes

### DIRETORIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE PARA A JUVENTUDE

Ana Carolina Gonçalves Ferreira Vanessa Serva Maciel Golgher

## DIRETORIA DE POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Tatiane Carvalho Maia Lobenwein Cristiane Pereira Gabriel Brum

## DIRETORIA DE ALTERNATIVAS PENAIS E ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

Karolina Adrienne Silva Oliveira Paloma de Souza Santos Pereira



## **SUMÁRIO**

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS	5
2.	1. Detalhamento dos resultados alcançados	10
	Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos	10
	Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	15
	Área Temática 3 – Programa Se Liga	22
	Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas  Penais – CEAPA	23
	Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prision – PrEsp	
	Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência	40
	Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas	44
	Área Temática 8 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
	Área Temática 9 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	51
	Área Temática 10 – Gestão da Parceria	<b>52</b>
3.	COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS	53
	3.1. Detalhamento da realização dos produtos	53
4.	DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS	54
	4.1. Análise das receitas e despesas do período	60
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60

## 1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 002/2019, no período de 01/10/2024 a 31/12/2024 (24º Período Avaliatório – PA), com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e dos Relatórios Gerenciais Financeiros (RGFs).

Em atendimento ao art. 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao art. 52 do Decreto Estadual nº 47.553/2018, será apresentado neste documento o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução da política pública. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, com sua devida análise.

Para a elaboração deste relatório, a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), precipuamente as diretorias e coordenações dos programas, que possuem as informações qualificadas e dão as diretrizes para a execução do objeto do Contrato de Gestão nº 02/2019 (CG).

Ressaltamos ainda, que esta Comissão de Monitoramento não tem gerência sobre as metodologias dos programas e nas diretrizes emanadas por cada diretoria que compõem a SUPEC. Por isso, a imprescindibilidade de que todas as diretorias da Subsecretaria façam a análise dos seus respectivos programas e a apresentação da avaliação neste documento.

O 24º Período Avaliatório do CG nº 02/2019 encerra o ano de 2024, que foi marcado por mudanças importantes referentes à parceria entre a SUPEC e a Organização Social (OS), especialmente no que se refere à transição da gestão estrutural das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Nesse sentido, o ano de 2024 foi desafiador e com muitos aprendizados durante o processo para ambos os partícipes, bem como foi marcado por entregas importantes, evidenciadas nos RGRs e nos Relatórios de Monitoramento (RM) anteriores. Além disso, um dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade se encontra em processo de auditoria que tem trazido reflexões e gerado *insights* e proposições de melhorias importantes para o Programa Central de Acompanhamentos de Alternativas Penais (CEAPA).

Este período avaliatório também foi marcado pela pactuação do IX Termo Aditivo ao CG com vigência de 13 meses, compreendendo o mês de dezembro de 2024 a dezembro de 2025, e que trouxe mais inovações, como a substituição e inclusão de novos indicadores que serão discutidos ao longo deste relatório. Apesar do IX Termo Aditivo ter sido assinado compreendendo um mês do 24° Período Avaliatório, apenas as metas dos programas Se Liga e Selo Prevenção foram revisadas.

No que se refere aos indicadores pactuados, o 24º Período Avaliatório mostra-se satisfatório com o cumprimento parcial ou integral das metas pactuadas. Em relação aos produtos e ações, esse período é caracterizado por entregas relevantes e que exigiram um esforço de todos atores da parceria, tanto do Instituto Elo quanto da SUPEC.

Assim, destacam-se algumas ações trazidas pela OS no RGR, como a realização do Seminário de Oficinas dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, ocorrido nos dias 27 e 28 de novembro de 2024, e que contou com a participação de oficineiras e oficineiros de ambos os programas, bem como analistas e membros da gestão social. Cita-se também as certificações pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), dos municípios de São Gotardo (RISP 10) e Itabirito (RISP 3), no reconhecimento como parceiros da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, bem como o lançamento do edital para contratação de empresa especializada para desenvolver o Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade, via OS parceira.

### 2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

### QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

	Área Temática		Indicador		Metas	Resultados
					24º Período Avaliatório out/2024 a dez/2024	
	Programa	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 53.712•	• 65.869•
1	Programa Mediação de Conflitos	1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 1.980•	• 2.440 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 13.680•	• 14.011•
		2.1	Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.240•	• 3.420 •
2	FICA 2.2	2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 9.315 •	• 9.019•
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 114.564•	• 123.690 •



					Metas	Resultados
	Área Temática		Indicador		24º Período Avaliatório out/2024 a dez/2024	
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 641 •	• 711 •
	.03	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	• 2.940•	• 3.420•
3	se Liga	3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	• 1.500 •	• 1.740 •
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	• 1.620 •	• 1.270 •
		4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 81.144 •	• 87.513•
4	CEAPA Considere a Alternativa	4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 74% •	• 73% •
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 5.796•	• 4.938•
		5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 24.060•	• 24.089 •
5	5	5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 78% •	• 84% •
	Presp CIDADANIA E LIBERDADE	5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 2.088 •	• 2.362 •





					Metas	Resultados
	Área Temática		Indicador		24º Período Avaliatório out/2024 a dez/2024	
		6.1	Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	2	• 67 •	• 163 •
6	Programa Medicado de Processado de Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e	6.2	Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	3	• 2.595 •	• 4.174 •
	responsabilização de homens autores de violência	6.3	Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	3	• 560 •	• 714 •
		7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	2	• 1.115 •	• 935 •
7		7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 1.320 •	• 1.397 •





					Metas	Resultados
	Área Temática		Indicador		24º Período Avaliatório out/2024 a dez/2024	
	WINAS.	7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 895 •	• 860 •
	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 364 •	• 400 •
8		8.2	Número de acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 812 •	• 963 •
	a Criminalidade	8.3	Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	1	• 180 •	• 182 •
		8.4	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	• 15 •	• 6,2 •
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	3	• 32 •	• 31 •
3	Criminalidade	9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	3	• 6 •	• 6 •





	Área Temática				Metas	Resultados
			Indicador	Peso (%)	24º Período Avaliatório out/2024 a dez/2024	
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	• 100% •
10	Gestao da Parceria	10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	-





## 2.1. Detalhamento dos resultados alcançados

### Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de				
Conflitos				
Meta	Resultado	Desempenho		
53.712	65.869	122,6%		

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos				
Meta	Resultado	Desempenho		
1.980	2.440	123,2%		

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social			
Meta	Resultado	Desempenho	
13.680	14.011	102,4%	

A Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade (DCM) corrobora com a OS quanto ao alcance dos indicadores durante o 24º Período Avaliatório e destaca as oficinas como uma frente de atuação significativa para o cumprimento das metas.

Como mencionado no 23º PA, a intensificação da dinâmica criminal nos territórios com o consequente aumento de homicídios continua a ser uma preocupação da SUPEC. Ao longo de 2024, observou-se um aumento de 25,3%, em comparação ao ano anterior e, diante desse cenário, a DCM expressa sua preocupação e sinaliza a ausência de uma apresentação mais qualificada, por parte da OS, com respostas possíveis aos fenômenos territoriais referentes aos crimes violentos e homicídios de forma mais clara, como solicitado no relatório anterior. Além disso, reforça-se a necessidade de avançar no direcionamento das equipes para o desenvolvimento de ações de prevenção e proteção mais consistentes e abrangentes, ajustadas à realidade de cada território.

Dentre os eventos ocorridos no 24º PA, destaca-se o **Seminário de Oficinas dos Programas Mediação de Conflitos (PMC) e Fica Vivo** que aconteceu em novembro e contou com a participação de oficineiras e oficineiros de ambos os programas, bem como analistas e membros da gestão social. Ressalta-se a relevância desta iniciativa para o PMC, sendo um espaço estratégico para promover o debate e a reflexão sobre a atuação da política de prevenção nos territórios, assim como incentivar a construção de novos espaços de encontro das oficineiras, que permitam a troca de conhecimentos e o compartilhamento de desafios enfrentados no cotidiano comunitário e nos contextos das oficinas.

Ainda sobre isso, a DCM recomenda que os encaminhamentos definidos junto à OS, referentes aos desdobramentos do Seminário, sejam concretizados ao longo de 2025, a fim de contribuir com o fortalecimento do vínculo com o grupo de oficineiras e a manutenção das expectativas na execução do trabalho. Assim, recomenda-se o fomento de espaços de capacitação que possibilitem a atualização e o aprimoramento contínuo das oficineiras, assim como espaços para discussão sobre os seus direitos. Esses espaços devem ser estruturados para garantir o conhecimento e os recursos necessários para o pleno exercício das funções das oficineiras, bem como dos objetivos do programa.



Seminário de Oficinas - Programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo - 28/11/2024

A DCM também ressalta que, a partir de 2025, haverá uma alteração significativa na análise dos indicadores do programa. Os atendimentos realizados nas oficinas serão avaliados separadamente das demais frentes de atuação, o que permitirá uma melhor qualificação do acompanhamento e do desenvolvimento das atividades nos territórios. Vale destacar que as oficinas representaram 49,79% dos atendimentos do programa durante todo ano. Dessa forma, entende-se que essa mudança permitirá uma análise mais aprofundada dos resultados em cada território, viabilizando ajustes constantes e um planejamento mais estratégico das ações de prevenção, alinhado às demandas específicas de cada local.

Assim, a partir do próximo período avaliatório está previsto a ampliação da oferta de atendimentos em oficinas. Diante desse contexto, recomenda-se o acompanhamento cuidadoso desse processo e espera-se que as oficinas do PMC sejam priorizadas para garantir seu desenvolvimento qualificado, incluindo a realização de reuniões periódicas com o grupo de oficineiras do programa.

Por fim, o Programa Mediação de Conflitos completará 20 anos em 2025 e, para comemorar esse importante marco, está prevista a realização de um evento e o lançamento de mais uma edição da Revista Entremeios. Essa Diretoria tem incentivado as equipes a enviarem suas produções para compor a revista e a se inscreverem para integrar a Comissão de Comunicação, que ficará responsável pela sua elaboração. Espera-se ainda que as equipes construam ações comemorativas, envolvendo os moradores, referências comunitárias e a rede local para celebrar as duas décadas de atuação do programa no trabalho preventivo às violências nos territórios.

Passando para a análise dos indicadores, no que se refere ao **indicador 1.1**, na página 10 do RGR, a OS aponta que, em virtude do período atípico, incluindo férias e festividades, houve um aquecimento na dinâmica criminal, o que impactou diretamente na atuação do PMC nos territórios, resultando em uma queda no indicador de atendimentos em comparação ao relatório anterior. A DCM reconhece os desafios diante dos contextos de intensificação da violência, mas **reitera a importância da manutenção do diálogo com o território para a construção de estratégias com foco em intervenções preventivas e protetivas que sejam adaptadas às especificidades de cada local, com o objetivo de mitigar o impacto da criminalidade e oferecer maior sensação de segurança aos moradores.** 

Observa-se ainda, como já destacado, o aumento expressivo do número de homicídios no ano de 2024 e, embora a equipe técnica apresente uma leitura qualificada desse cenário, não foram identificadas ações concretas que buscassem enfrentar de forma eficaz esse contexto de violência crescente. Nesse sentido, a DCM reforça a necessidade de um direcionamento mais assertivo do trabalho, com estratégias específicas para responder às violências letais que afetam diretamente as comunidades, e que possibilite reduzir esse índice alarmante de homicídios.

A OS menciona, na página 10, um aumento nos atendimentos coletivos, o que é reconhecido parcialmente pela DCM, uma vez que a prática de atendimento coletivo não apresentou avanços significativos. Durante o ano de 2024, 7 equipes não realizaram nenhum atendimento coletivo, e 19 equipes não realizaram atendimentos coletivos no atual período. Essa situação já foi apresentada como uma preocupação no 23º RM, sendo solicitada uma abordagem mais eficaz para reverter esse cenário. Tal medida

se faz ainda mais urgente considerando que esses territórios apresentam índices elevados de homicídios. Diante disso, a DCM reforça a necessidade de ajustes imediatos nas estratégias de intervenção e aproximação com o território, com ênfase na prevenção e no fortalecimento da sensação de segurança para os moradores, que se veem cada vez mais vulneráveis. Por fim, ainda na página 10 do RGR, onde se lê 16.407, o número correto é 16.460 atendimentos.

Na página 11 do RGR, cita-se o aumento no número de atendimentos realizados em organizações comunitárias, relacionados às construções vinculadas ao Projeto de Prevenção às Violências, o qual, nesta ocasião, contará com aporte de recurso financeiro. A DCM, embora reconheça a relevância dos recursos como facilitadores na implementação de projetos, enfatiza que as iniciativas focadas na segurança cidadã e na mediação comunitária devem ser sustentáveis e contínuas nas comunidades, mesmo na ausência do incentivo financeiro. Nesse cenário, é esperado um investimento contínuo no engajamento comunitário, incentivando a participação ativa dos diversos atores sociais, com o objetivo de garantir a sustentabilidade das ações de prevenção e fortalecimento do capital social local.

Dando continuidade, destaca-se o trabalho realizado pelo PMC Via Colégio/Santa Luzia que, ao longo do ano, promoveu um Projeto de Prevenção organizado em uma série de 10 encontros, com o objetivo de fomentar o protagonismo na construção de uma segurança pública cidadã voltada para a prevenção às violências. No mês de novembro/24, como forma de celebrar as transformações oriundas desses encontros, o grupo organizou uma ação simbólica para destacar as conquistas e reflexões geradas ao longo do processo. O evento escolhido para essa celebração foi um desfile, realizado no mês da Consciência Negra, como forma de manifestar a importância da conscientização e a valorização da cultura afro-brasileira.



Desfile Consciência Negra - Ação PMC Via Colégio/Santa Luzia | 21/11/2024

Ainda na página 11 do RGR, a OS destaca o Calendário Temático desenvolvido pela DCM, que reúne datas e materiais de pesquisa relevantes relacionados à prevenção à violência. Reforça-se que este calendário é compartilhado com as equipes sugestivamente para fomentar o diálogo com os moradores, sempre considerando as especificidades e as realidades de cada território.

Na página 12 do RGR, a OS discorre sobre a Comissão Metodológica, que se reuniu ao longo do ano de 2024 com o objetivo de discutir e aprimorar a prática de atendimento em oficina, além de revisar e atualizar o documento Guia de Oficinas, material orientador do trabalho disponibilizado às equipes. A DCM enfatiza a relevância dessa comissão, destacando que as discussões e decisões tomadas nesse espaço contribuíram significativamente para o aprimoramento da qualidade dessa prática de atendimento. A composição da Comissão, para além da DCM e da supervisão metodológica, também inclui representação de analistas sociais, estagiários e gestores sociais. E nesse ano contou também com a participação de um representante da gerência de monitoramento da OS, ampliando a diversidade de perspectivas e fortalecendo o processo de revisão e aperfeiçoamento das práticas adotadas.



Comissão Metodológica PMC 2024 | 23/10/2024 e 21/11/2024

Para 2025, além da Comissão Metodológica, que se concentrará na revisão e no aprofundamento do Marco Lógico do Programa, será formada também a Comissão de Comunicação. Esta comissão terá como uma de suas principais atribuições a produção da Revista Comemorativa dos 20 anos do Programa, além da elaboração de outros materiais destinados a aprimorar e expandir a divulgação do programa nos territórios de atuação. O objetivo é fortalecer ainda mais a visibilidade e o impacto das ações, garantindo maior engajamento e disseminação de suas iniciativas.

Ainda na página 12 do RGR, a OS destaca o aumento de demandas relacionadas aos casos de violências. Embora a OS não tenha identificado o tipo e tema das violências, a DCM sinaliza que a violência contra mulher continua em grande destaque, seguida do idoso e contra criança e adolescente. A DCM corrobora com a OS ao ressaltar a importância da consolidação do PMC enquanto uma política pública essencial, capaz de atender todos os tipos de violência, sedo notório que cada vez mais tem sido referenciado nos territórios como uma estratégia importante no enfrentamento da violência e na prevenção da criminalidade.

Todavia, a DCM manifesta preocupação ao observar a situação das equipes do PMC em Turmalina/Governador Valadares, Jardim Alterosas/Betim e Santa Lúcia/BH, territórios nos quais, durante esse período avaliativo, não foram registrados atendimentos relacionados a demandas de violência. Assim, essa Diretoria solicita uma análise das causas que possam estar influenciando a ausência destes registros, bem como um acompanhamento próximo e elaboração de um plano de ação voltado ao aprimoramento das estratégias de atendimento e prevenção à violência nesses locais.

Por fim, cabe sinalizar que, com o intuito de qualificar a leitura dos casos de violências atendidos pelo programa para responder ao indicador de violência, foi realizada uma alteração no campo observacional de violência no relatório quantitativo. A partir do próximo período avaliatório, ao abrir e ao encerrar uma ficha de atendimento de violência, será obrigatório o preenchimento das informações relativas ao acesso da pessoa atendida à rede, seja institucional ou de apoio. Em situações em que a resposta for negativa, ou seja, quando o acesso à rede não acontecer, será necessário justificar o motivo para essa ausência de acesso.

Com essa medida, espera-se uma análise mais precisa sobre as condições de apoio social e institucional disponíveis, e suas implicações no enfrentamento das situações de violência e **recomenda-se que a OS realize um processo de acompanhamento de maneira sistemática**. Esse monitoramento contínuo permitirá a coleta de dados consistentes, fundamentais para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes e oportunas, possibilitando compreender melhor as dinâmicas de apoio às pessoas em situação de violência e identificar lacunas que precisam ser superadas.

No que se refere ao **indicador 1.2**, conforme apresentado na página 13 do RGR, percebe-se uma diminuição no número médio de atendimentos em comparação ao trimestre anterior. A OS reforça o investimento contínuo em aumentar o alcance do programa, com a intensificação da presença das equipes nos territórios como um dos principais fatores dessa mudança. A DCM destaca que, ao longo de todo o ano,

as formações realizadas tiveram como pauta central os basilares do programa, e acredita que os conhecimentos adquiridos e as discussões promovidas nos espaços de formação têm contribuído para a qualificação do trabalho estratégico das equipes nos territórios.

Ainda na página 13, a OS ressalta que algumas equipes do PMC que se mantiveram abaixo da média, como Serra/BH, Vila Pinho/BH, Olavo Costa/Juiz de Fora e Santa Lúcia/BH, sinalizadas no 23º RM, estão sendo acompanhadas de forma atenta, inclusive com a construção de um esboço de execução mais estratégico para melhorar os resultados da atuação dessas equipes nesses territórios. Todavia, observa-se que não houve avanços significativos no 24º PA, sendo que os territórios de Santa Lúcia/BH e Vila Pinho/BH apresentaram um cenário semelhante ao trimestre anterior, com a conclusão de mais um período avaliatório sem qualquer registro de atendimentos em projetos ou casos coletivos. Já o PMC Serra/BH, embora tenha demonstrado um pequeno avanço ao realizar um projeto de prevenção no mês de outubro, ainda apresenta um desempenho aquém do esperado.

Ao analisar as metas estabelecidas para as equipes, destacam-se a UPC Serra/BH e Vila Pinho/BH, que apresentaram dificuldades ao longo do ano para atingir os números. A UPC Vila Pinho/BH, inclusive, apresentou o pior desempenho neste período avaliatório, se comparado aos meses anteriores. Outras equipes que também merecem atenção, por não conseguirem alcançar as metas pactuadas: Pedreira Prado Lopes/BH, Olavo Costa/Juiz de Fora e Nova Contagem/Contagem. Diante dessa conjuntura, reitera-se a necessidade de especial atenção às equipes mencionadas, bem como às demais que porventura se encontrarem em situação semelhante. O objetivo é implementar estratégias eficazes que promovam melhores resultados no alcance do Programa, garantindo um impacto mais significativo para o público atendido.

Em contrapartida, destacam-se as UPCs de Jardim das Alterosas/Betim e o PMC Vila Cemig/BH, que têm desenvolvido estratégias para ampliar a capilaridade do programa. Por exemplo, a equipe do Jardim das Alterosas, em parceria com lideranças comunitárias, realizou uma sessão de cinema, com a exibição do filme Marte I, bem como a UPC Vila Cemig promoveu uma reunião com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), com o principal objetivo de fortalecer o vínculo entre o Programa e as ACS, que são moradoras do território, reforçando, assim, a possibilidade de construção conjunta de fluxos de encaminhamentos.



Sessão cinema – PMC Jardim Alterosas – 04/12/2024 | Reunião ACS – PMC Vila Cemig – 11/11 2024

Por fim, na página 14 do RGR, a OS destaca que, após a análise da confiabilidade dos dados e indicadores apresentados pela equipe na UPC Pedreira Prado Lopes/BH, conforme relatado no 23º RM, a supervisão metodológica tem realizado um acompanhamento contínuo das equipes para garantir a precisão das informações coletadas e a eficácia das ações adotadas. Salienta-se a relevância desse processo, reconhecendo os avanços no trabalho da equipe do PMC PPL, e **reitera-se a importância dos espaços** 

adequados de interação e capacitação que vise fortalecer ainda mais a compreensão das equipes, garantindo uma execução mais eficiente e um melhor registro dos dados e análise dos resultados.

No que se refere ao **indicador 1.3**, na página 14 do RGR, a OS considera que existe consolidação da atuação nos territórios do PMC junto às redes de proteção social e as redes comunitárias. A DCM corrobora com a OS e compreende o desafio de se manter os indicadores de rede estáveis ao longo do ano, o que demanda estratégias metodológicas que se demonstraram eficientes, haja vista os resultados em 2024. A atuação do PMC em espaços junto a rede pautando temas transversais à segurança cidadã e à mediação comunitária já é algo consolidado, entretanto, os desafios ainda são existentes em alguns territórios.

Nesse contexto destaca-se as equipes PMC Primeiro de Maio, Santa Lúcia, PTB, Nova Contagem, que tem apresentado dificuldades em alcançar o indicador. O PMC PTB/Betim conseguiu alcançar a meta apenas no mês de abril, enquanto em Nova Contagem, apesar de ter mostrado progressos nas construções com a rede, só atingiu em maio. Já o PMC Santa Lúcia/BH apresentou deficiência no cumprimento das metas nos 3 indicadores. Diante desse contexto, essa Diretoria orienta que sejam implementadas estratégias específicas para reforçar o acompanhamento e a execução dos planos de ação, visando a superação das dificuldades e o alcance pleno dos resultados esperados.

A equipe do PMC PTB/Betim foi citada pela OS como destaque em decorrência da diminuição do número acumulado de ações junto as redes, mencionando a fragilidade da rede no território, seja pela alta demanda de casos ou o próprio impacto das eleições municipais na execução dos serviços. Ao analisar os dados de ações da equipe, percebe-se a necessidade de maior investimento no fomento das construções de fluxo, discussões de caso e encaminhamentos junto à rede. Nesse sentido, orienta-se que seja feito um acompanhamento mais próximo com relação as práticas metodológicas do Programa, visto que no ano de 2024 a equipe realizou 2248 atendimentos e destes, 67.62% correspondem a atendimentos de oficinas. Além disso, é essencial analisar se o indicador de número de atendimentos acumulados (1.1) tem implicado no trabalho da equipe refletido no indicador de ações junto a rede (1.3).

Por fim, na página 14, a OS destaca que as equipes têm diversificado suas ações com a rede. No entanto, a participação em comitês e grupos de trabalho corresponde a apenas 9% das atividades realizadas pelas equipes. A OS justifica esse cenário apontando que essas ações não fazem parte do escopo central de atuação do PMC. Desse modo, a DCM reafirma a necessidade do diálogo e das construções com a rede, inclusive na avaliação da participação em espaços coletivos de rede e sugere que seja feito um maior investimento nessa modalidade, e enfatiza a competência do programa em fomentar espaços de diálogo, que permitam o compartilhamento de análises mais amplas e qualificadas sobre os fenômenos de violência e criminalidade que impactam os territórios atendidos pelo programa.

#### Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!				
Meta	Resultado	Desempenho		
3.240 3.420 106%				

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!				
Meta	Resultado	Desempenho		
9.315	9.019	97%		

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!				
Meta	Resultado	Desempenho		
114.564	114.564 123.690 108%			

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
641	711	110,9%

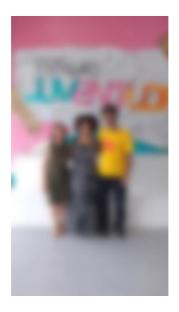
A Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude (DPJU) valida os elementos apresentados pela OS no RGR e ressalta que o desempenho acima da expectativa para os indicadores 2.1, 2.3 e 2.4 indicam o investimento dos profissionais no sentido de promover estratégias e ações capazes de minimizar as dificuldades enfrentadas nos territórios de atuação para o alcance e superação das metas pactuadas.

Além disso, destaca-se a assinatura do novo Acordo de Cooperação Técnica do Programa Descubra, ocorrida em novembro, que passa a incluir o público atendido do Programa Fica Vivo! como grupo de proteção prioritário, promovendo a qualificação profissional, ampliando a empregabilidade e a renda como estratégia de prevenção à criminalidade. A indicação dos jovens do Fica Vivo! aos processos seletivos iniciam em janeiro de 2025.



Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica

Durante este período avaliatório, a DPJU se dedicou a estreitar a parceria do Programa com equipamentos que são referência para as juventudes e potencializam a transformação social dos jovens, como o Centro de Referência das Juventudes (CRJ) em Belo Horizonte, a Estação Juventudes em Contagem e a Casa Semifusa em Ribeirão das Neves. Ademais, o acompanhamento e qualificação da parceria SENAI/Copasa e com o SESC continuam apresentando bons resultados com o público do Programa.



Estação Juventudes



Casa Semifusa



Centro de Referência das Juventudes - CRJ

Outrossim, permanecem acontecendo reuniões com gestão e equipes sobre dinâmica e estratégias de prevenção e proteção realizadas nos territórios, o acompanhamento *in loco* das UPCs e da execução de Projetos Locais de Prevenção. O Fórum Socioeducativo e suas Comissões, em especial a de Prevenção à

Letalidade Juvenil, o Comitê Descubra, o Conselho Gestor (Conges), PPCAAM e o CEDCA (Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente) foram parceiros que realizaram intensas trocas com o Programa no período.



Comissão de Prevenção à Letalidade Juvenil

Salienta-se que a DPJU desenvolveu o 2º Informativo Interno do Fica Vivo!. O material, divulgado no início de 2025, apresenta os principais acontecimentos do 2º semestre de 2024 e tem contribuído para uma cultura de coparticipação, bem como tem refletido no engajamento e satisfação das equipes técnicas. Essa estratégia de comunicação promove a troca de informações e alcança os profissionais, público e parceiros. Permanece a orientação para a OS dar ampla visibilidade às ações de prevenção e de proteção social realizadas pela Política de Prevenção. Por fim, na página 33 do RGR, retificamos a redação, onde lê-se "que atendeu que atendia mais de 30 jovens", leia-se "que atendia mais de 30 jovens".



Além dos aspectos mencionados pela OS quanto ao desempenho do **indicador 2.1,** outro fator que pode ter contribuído para o alcance da meta foi a realização de Intercâmbio entre Oficinas, realizado por diversas UPCs, como Ribeiro de Abreu e Minas Caixa e as UPCs de Ribeirão das Neves. A integração entre equipe e oficineiros de diferentes UPCs promovem trocas para a construção de uma atividade diferenciada, a interação entre o público e o acesso a outros territórios periféricos da cidade.

No que se refere ao **indicador 2.2**, esta DPJU corrobora com os elementos apresentados pela OS e reforça a recomendação de seguir **a diretriz de implantação (conforme teto de oficinas estabelecido para o período avaliatório) e acompanhamento das oficinas**, mediante análise aprofundada da dinâmica social das violências e da criminalidade, da demanda do público e identificação de bons proponentes de oficinas. As equipes técnicas, em parceria com os oficineiros, devem avaliar e qualificar o local da oficina e sua capacidade de acesso ao público prioritário, a modalidade ofertada, os aspectos metodológicos executados pelos oficineiros, dias e horários mais estratégicos, implementando medidas capazes de mitigar os desafios no processo de execução das oficinas.

Em relação às especificidades do Programa afetas ao comportamento do **indicador 2.2**, em complementação às intervenções práticas construídas de modo alinhado pela gestão social, supervisão metodológica, equipe técnica e oficineiros, foram incluídas diretrizes sobre o processo de execução das oficinas na revisão metodológica do "Guia de orientações para a execução do trabalho no Programa Fica Vivo!" (versão 2025 será disponibilizada em breve), sendo que uma delas versa especificamente sobre a participação dos jovens nas oficinas. Essa diretriz estabelece que a oficina que estiver sendo acompanhada por um período de até 6 meses por causa da baixa participação dos jovens, a equipe deverá, nos 3 meses seguintes, intensificar o emprego de estratégias para o engajamento do público na oficina. Caso as intervenções adotadas não demonstrem eficácia, a oficina deverá ser rescindida. Neste sentido, mensalmente, a equipe realiza o planejamento, acompanhamento e avaliação das oficinas com vistas a mobilização do público e alcance da meta.

Quanto ao indicador 2.3, é notório o investimento da gestão e equipe em qualificar o atendimento prestado às juventudes nos territórios atendidos. Nesse sentido, houve um incremento de ações realizadas com a rede parceira, mencionadas na planilha com o descritivo de ações planejadas pelas equipes e o Informativo de ações realizadas mensalmente. Neste período avaliatório, as equipes também investiram na Capacitação de Oficineiros, convidando palestrantes e/ou promovendo o momento conjunto com outras unidades. Outra ação relevante, foi a participação em atividades da Operação Hagnos, ação de combate à violência contra crianças e adolescentes, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com apresentações das oficinas FV, intervenções com adolescentes e jovens em escolas e divulgação da Política de Prevenção.



Operação Hagnos



Ações temáticas no Novembro Negro

Este período avaliatório também foi marcado pela execução de Projetos Locais de Prevenção e diversos projetos de circulação. Dentre esses projetos, destaca-se as apresentações artísticas realizadas com a integração de oficinas do Fica Vivo (FV) no Seminário 10 anos do Fórum Socioeducativo e apresentação conjunta FV e PMC, realizada no Seminário de Oficinas FV e PMC. Por fim, sugere-se a retificação da tabela da página 25 do RGR, em "Número de Encontros de Oficinas", os meses estão incorretos.



Seminário 10 anos do Fórum Socioeducativo



Seminário de Oficinas FV e PMC

Em relação ao **indicador 2.4**, cabe mencionar que foram realizados pela diretoria do Programa, investimentos nas competências profissionais das equipes da ponta de BH, RMBH e Interior, no sentido de fortalecer o diálogo e as ações conjuntas com o GEPAR. No 24º PA, as equipes da PPL, Taquaril, Turmalina, Carapina e Rosaneves foram contempladas. As temáticas trabalhadas neste semestre foram: a Instrução Normativa 3.03.20/2016-CG, que regula o emprego do GEPAR e os seus 3 pilares: prevenção, mobilização social e repressão qualificada; a Resolução Conjunta 160 de 2013, que estabelece diretrizes de atuação conjunta entre as UPC's e o GEPAR, referentes às reuniões ordinárias, projetos e ações em parceria desenvolvidas nos territórios.



Capacitação Intervenção Estratégica

Finalizadas as reuniões ordinárias previstas no calendário de 2024, organizou-se um encontro dos Grupos do GIE Vida de Belo Horizonte, RMBH e Interior com o objetivo de celebrar o encerramento das atividades realizadas, demonstrar os resultados deste trabalho conjunto e proporcionar a troca de experiências entre os atores envolvidas nesta prática.



Encerramento do Grupo de Intervenção Estratégica - GIE Vida

Ainda em relação ao **indicador 2.4**, destaca-se que a DPJU elaborou e divulgou a Orientação Normativa, contida no processo SEI 1450.01.0245944/2024-91, que estabelece diretrizes para o

desenvolvimento e qualificação da parceria entre a UPC e o GEPAR. A Gerência de Intervenção Estratégica compartilhou o documento por e-mail aos gestores, supervisão da gestão e supervisores metodológicos para ciência e providências cabíveis. Por fim, sugere-se que o campo "Contextualização Geral dos Indicadores do Programa" faça menção ao desempenho do indicador 2.4, uma vez que o Programa possui quatro indicadores e atualmente o campo descreve apenas três deles.

### Área Temática 3 – Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
2.940	3.420	116,3%

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
1.500	1.740	116%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
1.620	1.270	78,4%

Dentro dos pontos elencados pela OS, reitera-se o mencionado nos RGR's anteriores; que mesmo em observância ao princípio da continuidade do serviço público, não há como desconsiderar que o processo de saída do Programa Se Liga da SUPEC, assim como a previsão do cronograma de transição para a SUASE compreender um longo período; ocasiona impactos negativos para o planejamento de 2024/2025, especialmente no tocante às ações estratégicas afetas às articulações institucionais; ao desenvolvimento do trabalho e à previsão de retomada e expansão das regionais de abrangência desta política pública.

Além dos pontos citados, realça-se, que mesmo diante dos esforços empreendidos por esta SUPEC/Coordenação, no sentido de promover estratégias e ações capazes de minimizar esses efeitos no alcance das metas relativas aos indicadores pactuados, não podemos nos abster em registrar também que o presente contexto vulnerabiliza as parcerias institucionais construídas nestes quase 5 (cinco) anos de execução por esta pasta, e traz consigo a incerteza nos vínculos estabelecidos entre as equipes e o público atendido. Especificamente para este período avaliatório, destaca-se a repactuação das metas para os indicadores do programa referentes ao último trimestre de 2024, considerando a implantação do Se Liga na Regional do Triângulo Mineiro, implementada em outubro, abrangendo os municípios Uberlândia, Uberaba e Tupaciguara.

No que se refere ao **indicador 3.1**, esta Coordenação coaduna de todos os elementos indicados pela OS na análise da meta. Destaca-se a título de ampliação das análises referentes ao indicador: o investimento e cuidado das equipes no tocante ao acolhimento, atendimento, encaminhamento e à construção da transição do acompanhamento dos adolescentes referenciados aos atuais analistas sociais, superando às expectativas da meta para o referido indicador neste período, mesmo diante da fragilidade do cenário vivenciado.

Para além dos elementos destacados pela OS no tocante ao **indicador 3.2**, se faz importante contextualizar acerca das dificuldades de acesso a direitos por parte das adolescências e juventudes vulneráveis, assim como os processos de criminalização e etiquetamento social agravados pela trajetória nas medidas socioeducativas privativas de liberdade e restritivas de direitos; que amplificam a vulnerabilidade na relação com a rede de proteção social, sobretudo as dos egressos acompanhados pelo Programa.

Considerando o desconhecimento e a dificuldade de acesso e permanência dos adolescentes à outras políticas públicas, assim como o não reconhecimento dos serviços como pertencentes à rede de proteção social dos egressos das medidas socioeducativas, somados ao processo de transição institucional que esta política pública se encontra, os esforços das equipes têm se direcionado para a inclusão e vinculação dos egressos acompanhados nas redes de proteção, especialmente os casos de alta complexidade, reverberando na superação da meta estimada para este período.

No que tange ao **indicador 3.3**, esta SUPEC corrobora com todos os elementos indicados pela OS e reafirma que as ações vinculadas ao eixo pré-egresso, a fim de despertar o interesse pelo Programa, permanecem com o intuito de ampliar as possibilidades de vinculação futura dos (as) adolescentes ao Se Liga, assim como a manutenção da boa parceria com as Unidades Socioeducativas de Semiliberdade e Internação em Minas Gerais.

Contudo, conforme destacado nas descrições dos indicadores 3.1 e 3.2, as equipes do Programa têm direcionado seus esforços, de forma mais intensa, para o eixo egresso e essa estratégia resultou em não alcançar a meta pactuada para o período avaliado. Nesse contexto, o foco tem sido o rompimento de estigmas e a consolidação de redes de proteção parceiras ao público atendido pelo Se Liga, buscando minimizar os impactos provocados pelo contexto de transição institucional dessa política pública estadual.

No intuito de manter a qualidade da elaboração dos relatórios periódicos do Programa Se Liga, solicita-se à OS que, para o próximo e último período avaliatório do Programa nesta SUPEC, as considerações dos indicadores sejam descritas em seus campos específicos, para melhor direcionamento das análises, contrapondo o formato realizado nos indicadores 3.1; 3.2 e 3.3., referente à da Zona da Mata, onde ocorreu a indicação para o referenciamento no tópico de "Contextualização Geral dos Indicadores".

Solicita-se à OS também, que sejam mantidos os registros fotográficos fornecidos pela gestão social das UPC's, a fim de materializar as entregas descritas, à execução da metodologia pelas equipes técnicas, de forma a complementar as leituras desta SUPEC sobre o trabalho desenvolvido nas regionais. Por fim recomenda-se para o próximo relatório a adequação ao nome das regionais do Programa nos enunciados, especificamente: Se Liga Regional RMBH e Central Mineira.

## Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
81.144	87.513	107,9%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	73%	98,7%

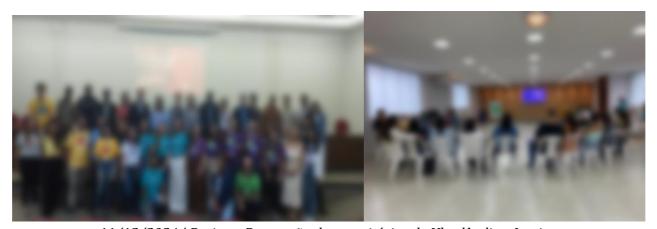
Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
5.796	4.938	85,2%

Como apontado pela OS, no 24º PA ocorreu a ampliação das equipes técnicas em algumas UPCs. Quando comparado ao início de 2024, observa-se que o ano foi finalizado com um aumento de profissionais nos seguintes municípios: Araguari, Belo Horizonte, Betim, Ibirité, Uberaba e Varginha.

Para 2025, espera-se a expansão para outras Unidades, cumprindo assim às recomendações do processo de auditoria, vivenciado pela Ceapa ao longo de 2024, a fim de sanar as demandas represadas de encaminhamento do público para cumprimento das alternativas penais e aprimorar a capacidade destes atendimentos.

O 24º RGR cita três ações realizadas pela supervisão metodológica que serão continuadas no ano de 2025, quais sejam: capacitações mensais, supervisões conjuntas e capacitações introdutórias, inclusive com analistas que atuam há mais tempo no programa, objetivando uma atualização das informações.

Destacam-se as supervisões conjuntas, posto que permitem que os analistas apresentem para seus pares as experiências exitosas que estão executando diariamente nas UPCs. Por fim, a execução dos Projetos de Prevenção, citado pela OS, também permanecerá para os próximos meses para que todas as Unidades os executem.



11/12/2024 | Projetos Prevenção dos municípios de Uberlândia e Ipatinga

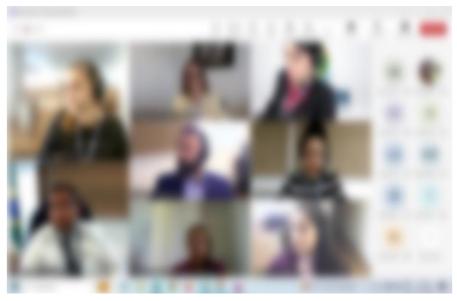
No 24º PA também foi possível verificar avanços na porta de entrada das medidas cautelares, conforme diretrizes emanadas pela Diretoria de Alternativas Penais no planejamento para as atividades de 2024, por isso, espera-se a manutenção dessa consolidação para os próximos meses. Entretanto, os municípios de Barbacena, Betim, Ibirité e Ipatinga seguem sem receber tal modalidade, assim **recomenda-se que a OS oriente e acompanhe o trabalho dos gestores sociais para consolidação dessa modalidade**.

O RGR cita também a participação da Supervisão Metodológica em dois eventos da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) e, sobre isso, cabe acrescentar que os referidos espaços também contaram com representantes da Subsecretaria da Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC). No RGR, página 51, retificamos, onde se lê "o lançamento da Revista Brasileira de Execução Penal (RBEP) e a Conferência Nacional de Atenção Psicossocial", leia-se "o lançamento da Revista Brasileira de Execução Penal (RBEP) e a Conferência Nacional de Alternativas Penais: Alternativas Penais como estratégia de enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional". Além da participação, puderam também, tanto a OS quanto o Estado de Minas Gerais, conduzir grupos de trabalho divididos em dois eixos ("Central Integrada de Alternativas Penais e o acompanhamento das Medidas Cautelares" e "Sustentabilidade da Política de Alternativas"), em virtude do trabalho de referência que vem sendo realizado há mais de 20 anos pelo Programa Ceapa. As equipes técnicas foram orientadas a acompanhar virtualmente o evento visando dar continuidade ao investimento que o programa tem feito na qualificação dos profissionais que atuam no atendimento ao público.



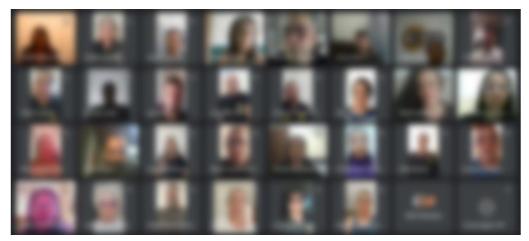
04 a 06/12/2024 | Participação da equipe SUPEC na Conferência Nacional de Alternativas Penais

Ainda nesse trimestre a SUPEC participou da reunião técnica bimestral promovida pela Coordenação Nacional de Alternativas Penais e a Assessora de Gestão de Unidades de Prevenção à Criminalidade e de Parcerias, Gleysiane Diniz, conduziu o espaço discorrendo sobre a "Sustentabilidade da Política de Alternativas Penais", compartilhando o modelo de co-gestão implementado em Minas Gerais.



30/10/2024 | Quinta reunião técnica bimestral promovida pela Coordenação Nacional de Alternativas Penais – CNAP/SENAPPEN

Ainda sobre o trabalho de referência, além da visita da Comitiva do Amapá, sinalizada no RGR, neste período avaliatório, a Diretoria de Alternativas Penais capacitou, nos dias 28 e 29 de novembro, a equipe que irá compor as Centrais Integradas do Estado da Paraíba. No espaço também foi possível apresentar a política de prevenção, o trabalho realizado e os resultados que vem sendo alcançados.



28/11/2024 | Capacitação para as equipes das Centrais Integradas do Estado da Paraíba

No dia 12 de novembro de 2024, a Diretoria participou como painelista do 1º Encontro sobre a Implementação da Resolução nº 425/CNJ, com o tema "Proteção Social e Políticas Penais no Âmbito da Pessoa Egressa do Sistema Prisional com Trajetória de Rua". O evento foi promovido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio do Comitê Pop Rua Jus e da Comissão Egressos Pop Jud. No espaço foi possível apresentar o trabalho executado e os resultados alcançados pelo Programa Ceapa, bem como pelo Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada, especialmente no que se refere ao atendimento nas audiências de custódia e as medidas cautelares.



12/11/2024 | 1º Encontro sobre a Implementação da Resolução nº 425/CNJ

Conforme supracitado, o Programa Ceapa segue em processo de auditoria e a OS e a SUPEC tem desenvolvido ações e estratégias para responder às solicitações apresentadas pela Controladoria Setorial – CAU/NATI/CSET/SEJUSP. Nesse contexto, uma das entregas já realizadas, pactuada no Plano de Ação citado pela OS, foi "emanar diretrizes para a Gestão Social sobre articulações com o Poder Judiciário". Assim, em 31/12/2024, foi realizado o envio do Ofício SEJUSP/DAE - CEAPA nº. 7/2024 para todos os gestores sociais, bem como, para a presidência do Instituto Elo.

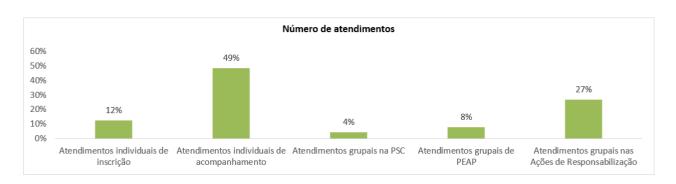
Destaca-se também a reunião realizada no Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, com a presença da Subsecretária de Prevenção à Criminalidade, a Srª. Christiana Dornas, o Presidente do Instituto Elo, o Sr. Gleiber de Oliveira, e o Juiz de Direito, o Dr. Arilson, onde foi pautada a retomada do fluxo de encaminhamentos para o cumprimento de transação penal na modalidade de grupos reflexivos, para os delitos de trânsito e de pessoas em situações de conflito.



06/11/2024 | Reunião Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte

Passando à análise dos indicadores, observa-se que no 24º PA, a meta só foi plenamente alcançada em um dos três indicadores.

No que se refere ao **indicador 4.1**, como apontado pela OS, a meta foi superada, tanto na análise trimestral, quanto na cumulativa. O gráfico abaixo evidencia o desempenho em cada uma das modalidades do indicador 4.1.



No tocante à modalidade de atendimentos individuais de acompanhamento, é necessário retificar o quantitativo apresentado pela OS, pois no trimestre foram realizados 11.418 atendimentos e não 11.522. Também, faz necessária a correção na modalidade de atendimentos grupais de PSC, pois, o maior quantitativo ocorreu no 23º PA, totalizando 1.061. No período em análise foram realizados 934 atendimentos na referida modalidade.

Também sinalizado no RGR, a supervisão metodológica tem investido na pauta dos grupos de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), mas, apesar do aumento ao longo do ano, tal categoria ainda permanece sem a robustez esperada. Assim sendo, recomenda-se que a OS realize uma análise para identificar os motivos que as capacitações não conseguem reverberar em mudanças reais (aumento numérico) no dia-a-dia. Sugere-se ainda que, as boas práticas realizadas nos municípios de Varginha,

Montes Claros e Ribeirão das Neves sejam replicadas nas demais Unidades, até mesmo utilizando os espaços de supervisão conjuntas para tal replicação.



03/12/2024 | Grupo de acompanhamento realizado na Unidade de Prevenção de Montes Claros

Referente aos grupos designados para as medidas cautelares, ratificamos a necessidade de maior investimento nesta frente. Todavia, cabe esclarecer que no 23º RM a diretoria não se coloca favorável para execução de encontros mensais de medidas cautelares para a Unidade de Belo Horizonte. O relatório apresenta uma sugestão de elaboração de um plano de trabalho para execução de grupos mensais, ou seja, um cronograma para execução de todas as modalidades grupais previstas na metodologia do Programa, objetivando favorecer o alcance da meta de atendimentos que à época não tinha sido alcançada. Aliás, tal sugestão foi efetivada pela OS e é possível observar o alcance da meta no 24º PA. Portanto, espera-se a manutenção das entregas realizadas no referido período, com destaque para as ações de responsabilização e atendimentos grupais de PSC, bem como a priorização de atendimentos coletivos para as medidas cautelares, favorecendo assim a preservação do alcance da meta.

Ainda acerca da aplicação de cautelares de comparecimento mensal, sugere-se que a OS siga articulando com o Poder Judiciário para que esgote todas as possibilidades. Além disso, ressalta-se que as articulações necessitam ser tempestivas e sequenciais e reforça-se a sugestão do último RM de que a gestão faça um levantamento numérico dos casos que não podem ter atendimentos semanais e indique as intervenções aplicáveis.

Ainda na Unidade de Belo Horizonte, com relação aos atendimentos de inscrição, cabe incluir que apesar das transações penais representarem 16%, observa-se uma redução se comparado ao período anterior, bem como se comparado ao ano de 2023 que representavam 31% das inscrições no Programa. Portanto, as diretrizes vão ao encontro da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347. Para as Unidades que ainda possuem um alto número de transações penais, reforça-se as orientações já repassadas para OS: articulações com o sistema de justiça para encaminhamentos na modalidade grupal, tal qual a execução destes grupos via rede parceira.

Há também necessidade de retificar o quantitativo apresentado pela OS, com relação aos atendimentos grupais do Programa de Execução de Alternativas Penais (PEAP's) e ações de responsabilização, pois foram realizados 1.646 e 6.415 atendimentos, respectivamente.

Ainda no que toca às ações de responsabilização, **sugere-se que a OS replique nas demais Unidades a experiência exitosa no município de Ribeirão das Neves** (execução dos grupos nos territórios dos atendidos). Observa-se ainda de maneira tímida, a efetivação da diretriz já repassada de execução em

formato aberto destes grupos em todas Unidades. Assim, espera-se para o próximo período um avanço nesta orientação, sendo inclusive uma estratégia para favorecer o alcance do novo indicador, bem como responder à parceria com o Poder Judiciário.

Entre as Unidades que contribuíram significativamente para a superação da meta, o RGR destaca os municípios de **Betim e Uberlândia**. Apesar de números elevados no trimestre em análise, observa-se uma redução ao longo dos meses de outubro, novembro e dezembro. Ambas as unidades registraram um número expressivo no recebimento de medidas protetivas. É importante mencionar que a Diretoria já orientou as gestões sociais sobre a necessidade de repactuar o fluxo com o Poder Judiciário. No entanto, essas gestões avaliam que essa medida ainda não é necessária. Assim, **sugere-se que a OS acompanhe essas realidades de maneira mais próxima, como por exemplo, com um cronograma de execução de grupos no formato aberto, para que o alto número não gere futuramente uma demanda represada.** 

Já para Contagem, reforça-se as orientações já citadas de pactuação no Juizado Especial Criminal, para que os casos sejam encaminhados na modalidade grupal e que estes sejam executados pela rede parceira (orientação que também se aplica para Uberlândia, como apontado pela OS). Observa-se também os impactos positivos nos esforços evidenciados com relação a porta de entrada do Juizado Especial, já que no final do ano de 2023, a Unidade de Contagem possuía 42% de suas inscrições do referido juízo e atualmente possui 29%. Além disso, espera-se a ampliação da equipe técnica para a referida Unidade. Da mesma forma, é possível observar que o município também tem apresentado um quantitativo elevado no que tange às medidas protetivas, logo a orientação de repactuação com o sistema de justiça, cronograma de grupos na modalidade aberta, também se aplicam para o município de Contagem.

Apesar de uma porta de entrada fragilizada e objetivando superar o cenário apresentado pelos municípios que não alcançaram a meta, sugere-se que OS execute em Araguari, Divinópolis, Curvelo e Juiz de Fora as diretrizes já repassadas pela Diretoria de potencializar os atendimentos grupais de PSC (inicialização, acompanhamento e finalização) bem como atendimento grupal nos casos de medidas cautelares.

Conforme mencionado no 22º RM, ainda se aguarda o início da execução das ações de responsabilização na Unidade de Divinópolis. A gestão social continua recebendo orientações da Diretoria de Alternativas Penais e, com as recentes mudanças realizadas no Poder Judiciário local, acredita-se que há potencial para o fortalecimento dessa porta de entrada, o que consequentemente contribuirá para o alcance da meta, tanto nos atendimentos de inscrição quanto nas execuções grupais.

No que se refere ao **indicador 4.2**, diferente do último período avaliado, sua meta não foi plenamente alcançada. Inicialmente, cabe pontuar a necessidade de retificar a informação apresentada pela OS, pois o **Programa alcançou 98,6% da meta estabelecida e não 4,1% (página 58 no RGR).** 

Buscando superar essa realidade, espera-se a manutenção das atividades de capacitações, a análise e devolução mensal da planilha de monitoramento de cada uma das unidades, acompanhamento grupal das medidas cautelares, prática do monitoramento tempestivo e sequencial e a condução de grupos e/os atendimentos individuais, com curto espaço de tempo entre a inscrição e o início da intervenção. Além disso, ressalta-se a necessidade de efetivar a recomendação apontada no último RM, da realização de uma capacitação focada na temática sobre vínculo.

Outro ponto de atenção é que o fechamento do ano não pode ser a justificativa para o não alcance da meta, pois como acertadamente citada pela OS, o monitoramento em si não provoca o descumprimento das alternativas penais. O fechamento anual dos dados é uma situação prevista, portanto sugere-se que, a OS crie previamente estratégias para que essa situação não ocorra. Destaca-se o monitoramento mensal de todos os casos e fiscalização, e daqueles que não estavam tendo a devida atenção nos meses anteriores, evitando assim o impacto no indicador ao final do ano.

Conforme apontado no RGR, analisando as modalidades de alternativas penais separadamente é possível observar que, no último trimestre do ano o percentual de 74% não foi alcançado somente na modalidade de PSC. Ao analisar os dados anuais, observa-se o alcance da meta geral no acumulado: 74,2%. Porém, isso não ocorre nem na modalidade de PSC e nem na modalidade de medidas cautelares. Logo, sugere-se, de maneira reiterada, que a OS priorize ações voltadas para as duas modalidades citadas, pois de maneira recorrente não entregam o percentual esperado.

Araguari aparece no RGR como alguns dos municípios que, dentro do trimestre, tiveram execução aquém do pactuado. Conforme supracitado, a Unidade possui uma realidade parecida com Curvelo (no que toca a fragilidade nas portas de entradas e não alcance da meta de atendimento). Portanto, sugere-se que a OS acompanhe os processos de monitoramento e atuação junto aos casos ausentes de modo tempestivo, bem como a aplicação de todas as diretrizes para os casos irregulares.

Faz-se primordial que a OS siga acompanhando a Unidade de Curvelo para que permaneça entregando o percentual de cumprimento acima do esperado, como citado no 24º RGR no item do indicador de atendimentos, visto que no período em análise não foi a realidade apresentada, configurando em 1% abaixo da meta (73%).

Já com relação a Barbacena, cabe a correção no que toca ao percentual atingido no trimestre que foi de 62%. Ipatinga mantém no cenário de não alcance da meta individual, porém o período em tela representa o melhor resultado da Unidade (72%), destacam-se os meses de outubro (73,7%) e novembro (73,5%) que chegaram próximo do esperado. Portanto, espera-se a manutenção das estratégias adotadas para que a meta enfim seja alçada em 2025. Sugere-se ainda que, a OS analise, nos próximos períodos, as Unidades que apresentam grandes oscilações no período avaliado, pois embora Varginha e Vespasiano tenham alcançado a meta, dentro do trimestre entregam um mês com a média de 50% e outro de 90%.

Para futuras análises do indicador **espera-se que, a OS apresente uma leitura que contemple a** identificação dos elementos que têm impactado o desempenho insatisfatório para que, juntamente com a SUPEC, sejam construídas estratégias de atuação e correção.

Já nas UPCs pontuadas no RGR como meta superada, fica evidente o ponto comum nas análises apresentadas pela OS: as três (Governador Valadares, Uberlândia e Sete Lagoas) realizam atendimentos grupais, o que corroboram com o elencado no item anterior.

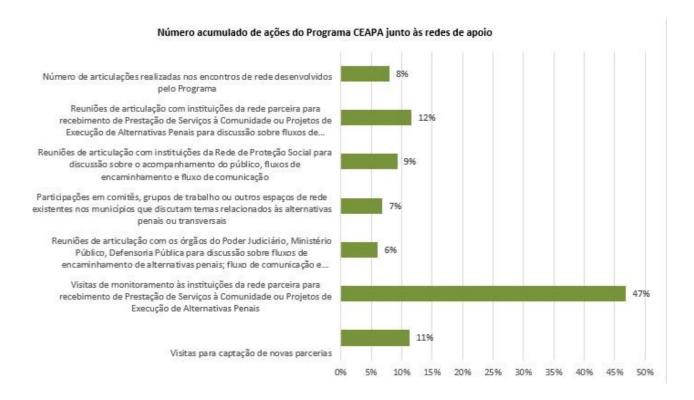
Assim como nos últimos períodos, **o indicador 4.3** não teve a meta alcançada. Novamente, observase um leve aumento no desempenho, se comparado ao último trimestre, porém insuficiente para que a meta cumulativa fosse atingida.

Como apontado no 24º RGR, a meta prevista para o 24º PA contemplava as ações do município de Pouso Alegre, contudo, a Unidade ainda permanece compondo os indicadores da área temática 6 (Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência). De fato, a contabilização das ações da referida Unidade iria somar, porém, mesmo executando a meta em sua plenitude, isso corresponderia a apenas 54 articulações, o que não causaria grandes impactos a ponto do Programa alcançar a meta. Além disso, a não contabilização era algo previsto, portanto, estratégias poderiam ter sido criadas para não impactar nos números. Cabe citar que no indicador de atendimentos também estava previsto a meta de Pouso Alegre e, mesmo assim, o número foi alcançado.

Fica evidente que, para o Programa alcançar a meta, a Unidade de Belo Horizonte necessita seguir na progressão e superar o recorrente cenário de resultado aquém do esperado, pois como mencionado no RGR anterior, o quantitativo de ações de rede desenvolvido pela referida Unidade possui grande impacto. Portanto, sugere-se que a OS apresente e execute um cronograma anual para a realização de encontros de rede na Unidade citada. Vale destacar que, como apontado pela OS, Belo Horizonte apresentou o melhor desempenho do ano no trimestre em análise, e não por coincidência também foi o período que mais executou encontros de rede. Novamente, reforça-se que tal atividade não só otimiza a força de trabalho

da equipe, bem como reverbera no indicador de percentual de cumprimento. A título de exemplo, a Unidade realizou um encontro de rede com as instituições parceiras para o recebimento de penas pecuniárias e no mesmo período atingiu o percentual de cumprimento de 90%, como sinalizado no RGR.

Outras Unidades que também necessitam superar o resultado aquém do esperado são Juiz de Fora e Ipatinga. Como no último período, novamente não atingiram o objetivo da rede, bem como dos demais indicadores. Caso essa realidade não se altere, sugere-se que a OS apresente análises mais estratégicas para as Unidades supracitadas. O gráfico abaixo ilustra a distinção do desempenho, apresentada pela OS, em cada uma das modalidades do indicador e observa-se que a realidade apresentada neste trimestre também foi vivenciada ao longo do ano de 2024.



Novamente a modalidade de rede mais executada foi a visita de monitoramento, apresentando um aumento se comparado ao período anterior. Apesar desse aumento, vale uma reflexão qualitativa das visitas realizadas, pois não foi possível verificar um impacto no indicador 4.2. Portanto, mais que pensar em estratégias para o alcance do indicador 4.3 sugere-se que a OS qualifique essas estratégias para que de fato ocorra um impacto positivo em todos os indicadores do Programa. No que toca ao desafio apresentado pela OS (demanda de cumprimento de PSC para o turno da noite ou finais de semana), sugere-se uma atualização das instituições cadastradas com disponibilidade de horário para o recebimento do público, e por fim visitas nos territórios para atualização das instituições presentes.

Um aumento, em relação ao último trimestre, também é identificado na realização de encontros de rede. Retifica-se a informação apresentada pela OS, pois foram realizados 20 encontros de redes que culminaram em 140 articulações. A expectativa é de manutenção dessa progressão, inclusive disseminando para as demais Unidades as boas práticas executadas nas Unidade de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e Governador Valadares. Cabe acrescentar que, a Unidade de Vespasiano também executou a referida modalidade.





Encontros de rede realizados, respectivamente, nas Unidades de Ribeirão das Neves, Vespasiano e Belo Horizonte

Destaca-se que, a supervisão metodológica realizou, conforme diretriz da Diretoria, a capacitação com a temática da rede. Assim, visando a progressão dos números destas ações, espera-se que a OS consiga avançar nos elementos identificados após a capacitação realizada no mês de dezembro, quais sejam: organização de agendas prioritárias dessa frente de trabalho, construção interna e individual para maior circulação fora das Unidades e a permanência do investimento nos encontros de rede. Permanece ainda, a sugestão dada em relatórios passados de, após atualização do catálogo de entidades parceiras, elaborar um diagnóstico para guiar o planejamento das ações ao longo do ano.



11/12/2024 | Capacitação "O Papel da CEAPA junto à Rede"

Outro ponto de atenção são as articulações com o Poder Judiciário, posto que se observa uma redução quando comparada ao período anterior. Todavia, essa redução não deve permanecer, pois estas articulações são essenciais para o Programa. O contato com o Poder Judiciário deve ser constante e não apenas para a busca de novas portas de entradas. Além disso, finalizamos o ano, conforme já citado, sem o fortalecimento das medidas cautelares em todas as Unidades. Portanto, espera-se a execução plena desta frente.

Por fim, sugere-se que, as 20 Ceapas equilibrem todas as frentes de trabalho para que consigam entregar resultados dentro do esperado para todos os indicadores. Citam-se as Unidades de Uberaba e Uberlândia que alcançaram todas as metas no período e no cumulativo do ano. Logo sugere-se que, essa realidade seja replicada para as demais Unidades. Além disso, corrobora-se com a OS, com relação à expectativa não só da manutenção desta evolução, mas a intensificação e priorização no que toca à rede para que ocorra o alcance da meta. O 24º RGR salienta que, para a permanência desse progresso, faz-se necessário, a atuação dos diversos atores que orientam as equipes, portanto, espera-se que, a OS promova e acompanhe a atuação e o diálogo de todos esses atores para que ocorram mudanças numéricas.

Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp

Indicador 5.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
24.060	24.089	100%

Indicador 5.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	84%	107,7%

Indicador 5.3: Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional			
Meta Resultado Desemper			
2.088	2.362	113%	

A Diretoria de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional corrobora com a avaliação apresentada pela Organização Social (OS) referente à execução do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) durante o 24º PA. O Programa atingiu todas as metas para o período, mantendo estabilidade nos indicadores **5.1** e **5.2** em relação ao cenário anterior. Quanto ao indicador **5.3**, embora a meta global tenha sido alcançada, houve uma redução significativa de 5%, com destaque para um dos meses do trimestre, no qual o desempenho foi de 77% da meta mensal. **Apesar de não comprometer o alcance global, é essencial que a OS analise os fatores que influenciaram essa diminuição.** Ressalta-se que a entrega mensal não se limita ao cumprimento da meta, mas impacta diretamente na qualidade do trabalho que o Programa se propõe a realizar.

Na análise do Indicador 5.1, os municípios de Divinópolis (106%), Juiz de Fora (136%), Ribeirão das Neves (116%), Santa Luzia (121%), Sete Lagoas (175%) e Uberaba (109%) tiveram o desempenho acima da meta pactuada para todos os meses do trimestre. Já Contagem (107%) e Montes Claros (106%) também superaram a meta, mas com oscilações mensais que exigirão maior atenção nos próximos períodos.

Nessa perspectiva, cabe apresentar os seguintes pontos:

- **Uberaba** Apresentou uma melhora expressiva, saindo de 95% no trimestre anterior para superar a meta individual atual;
- Sete Lagoas Recebeu a ampliação da equipe durante o período avaliatório, em resposta às recomendações do último Relatório de Monitoramento. Destaca-se a necessidade de atenção por parte da OS ao período de adaptação para a integração dos novos profissionais, garantindo a continuidade no alcance das metas;
- Ampliação de equipes A partir dos diálogos da SUPEC com a OS, foi recomendada a ampliação de equipes nos municípios que possuem apenas dois analistas, bem como o fortalecimento da equipe de Juiz de Fora com mais um cargo de analista, considerando a demanda equivalente a uma equipe de quatro analistas. Tais ampliações estão previstas no IX TA ao Contrato de Gestão;
- Mudanças nas gestões Montes Claros, Ribeirão das Neves e Sete Lagoas passaram por mudança dos profissionais da gestão social. Apenas Ribeirão das Neves conseguiu recompor essa vaga durante o referido período. Recomenda-se que a OS priorize a contratação de novos gestores em Montes Claros e Sete Lagoas para assegurar a continuidade das entregas bem-sucedidas nesses municípios;
- Ribeirão das Neves A chegada da nova gestora contou com suporte direto da Diretoria, que acompanhou de perto a transição, garantindo continuidade nos pontos de trabalho demandados. Durante esse período, a Diretoria e a Gestão Social realizaram um encontro com a Juíza da Vara de Execuções Penais para fortalecer a parceria com o Poder Judiciário. Esse encontro também contou com a presença de representantes do Depen para contribuir com os desafios apresentados pela magistrada. Considerando a fluidez da relação com a Juíza da Vara de Execuções Penais, a Diretoria incentivou a gestão de Ribeirão das Neves a explorar parcerias inovadoras voltadas ao público préegresso, um recorte que se destaca positivamente nos resultados entregues pelo município;
- Divinópolis A Diretoria realizou uma visita ao município, promovendo um espaço de troca com a
  gestão e a equipe técnica. Os diálogos permitiram identificar os avanços alcançados pelo município
  e discutir os pontos que demandam maior atenção para fortalecimento das ações.



Visita da Diretoria ao PrEsp de Divinópolis – novembro de 2024

Os municípios que não alcançaram as metas individuais pactuadas foram: Betim (82%), Belo Horizonte (85%), Governador Valadares (77%), Ibirité (95%), Ipatinga (73%), Uberlândia (88%) e Vespasiano (75%). Sobre estes, é importante pontuar:

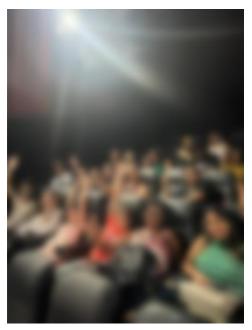
- Betim Vem apresentando uma queda constante nos dois últimos períodos avaliatórios. Considerase que o município vem atravessando um cenário de recomposição de grande parte da equipe técnica bem como a mudança recente de endereço. A Diretoria realizou uma visita a nova Unidade, bem como se reuniu com a gestão e equipe técnica para apresentar as expectativas e leituras do trabalho. Recomenda-se a OS que esteja direcionada para investir na capacitação desses novos profissionais que vieram a compor a equipe e se espera que, respeitando os prazos de adaptação e integração, os números alterem em 2025;
- Governador Valadares e Ibirité Ambos os municípios enfrentaram mudanças significativas, como a devolução das assinaturas para a Vara de Execuções Penais em Governador Valadares e o fechamento da única unidade prisional em Ibirité. Apesar de não atingirem as metas, os números apresentados surpreenderam positivamente, considerando que os cenários apontavam para quedas drásticas nos indicadores. As estratégias já implementadas têm se mostrado eficazes e indicam um progresso positivo. Recomenda-se que a OS dê continuidade a essas iniciativas, que foram fundamentais para evitar uma redução mais acentuada nos resultados. No caso de Ibirité, recomenda-se também que a OS mantenha a perspectiva de estudar a possibilidade de ações nas unidades prisionais dos municípios próximos;
- **Ipatinga** A Diretoria esteve reunida com a gestão deste município no objetivo de revisitar pontos estratégicos no plano de ação, e o momento contribuiu para possibilitar uma análise das ações

dentro de um espaço de tempo menor, de modo a permitir um monitoramento e a aproximação da realidade deste município. Recomenda-se que a OS de continuidade nas ações e monitoramento, objetivando a superação dos desafios no alcance destes indicadores.

Ademais, é relevante destacar as análises do 24º RGR que enfatizam as inscrições no Programa. Nesse contexto, é satisfatório observar que a maioria das inscrições ocorre por meio de encaminhamentos realizados pela rede parceira ou pela busca espontânea pelo Programa, refletindo a eficácia das ações de divulgação e o engajamento do público-alvo com o PrEsp.

A assinatura aparece em terceiro lugar como um mecanismo de porta de entrada, o que pode ser atribuído ao fato de que poucos municípios ainda utilizam a coleta de assinaturas para o Poder Judiciário como principal forma de acesso. No entanto, infere-se que essa prática ainda ocorre em municípios como Contagem e Montes Claros. Apesar disso, a assinatura não representa a principal entrada para o Programa, sendo superada pelas formas anteriormente mencionadas.

Por fim, é importante destacar a execução do Projeto Prevenção em alguns municípios, que não apenas contribuiu para o alcance dos números, mas também trouxe entregas diferenciadas e qualificadas para o público. Essas ações foram marcadas por iniciativas criativas que criaram um trabalho expressivo, que corroborou com o clima de festividade característico do final de ano.



Projeto Prevenção "Cultura em Ação" PrEsp Governador Valadares – dezembro de 2024

Avançando nas análises, o desempenho referente ao **indicador 5.2** demonstra que a meta pactuada para o trimestre foi superada, assim como no último período. De maneira geral, as equipes alcançaram resultados próximos ao esperado. Contudo, alguns municípios, como Divinópolis e Ipatinga, não atingiram a meta. Apesar disso, não houve regressão em relação às entregas realizadas no último PA.

No caso de Uberlândia, destaca-se o alcance da meta global, mesmo que o desempenho no último PA tenha sido superior. Considerando o histórico de entregas em períodos anteriores, havia risco de não se atingir a meta global, o que foi evitado em razão à manutenção da adesão durante o último trimestre.

O desempenho positivo neste indicador está relacionado com o incentivo ao acompanhamento do público, à utilização do Plano de Acompanhamento do Egresso, à realização de buscas ativas e à organização estratégica das equipes técnicas. Esses esforços garantiram o monitoramento do retorno aos atendimentos individuais e a execução de atividades coletivas com os inscritos no Programa. Como resultado, os dados apontam para um forte vínculo dos egressos com o PrEsp e uma continuidade nas ações desenvolvidas.

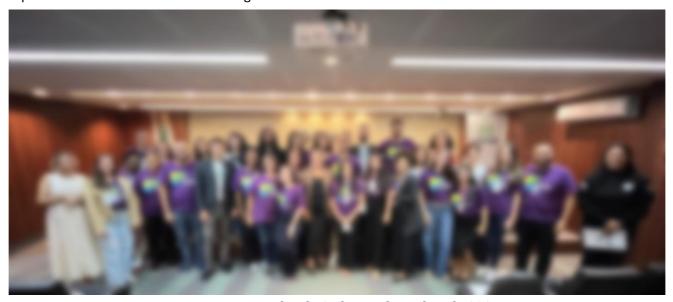
Entretanto, cabe atenção para a análise da planilha de dados realizada pela Diretoria, que revela uma distribuição desequilibrada no acompanhamento das pessoas inscritas. É recorrente a concentração de atendimentos em determinados indivíduos, enquanto uma parcela significativa não retorna após a inscrição. Outro ponto crítico identificado por meio da planilha é o elevado número de casos sem atualização nos últimos anos. Assim, recomenda-se que a Organização Social (OS) revise a planilha quantitativa e a atualize, incorporando essa prática de forma sistemática na dinâmica das equipes técnicas.

Por fim, a Diretoria tem sido provocada a revisar os indicadores e considera que o **indicador 5.2**, apesar da estabilidade apresentada, pode ser aprimorado ou até mesmo substituído. Esse será um ponto de discussão para o próximo ano, visando a constante evolução na gestão e monitoramento do Programa.

No que tange ao **indicador 5.3**, a meta pactuada foi superada, com a maioria dos municípios apresentando bons desempenhos em relação aos números. No entanto, observam-se oscilações consideráveis entre os meses do trimestre, o que não comprometeu a entrega global, mas merece atenção, uma vez que em um dos meses a entrega foi de 77% da meta. De forma mais especifica, os municípios que não alcançaram os resultados esperados para este PA foram: Belo Horizonte (80%), Governador Valadares (80%), Ipatinga (83%) e Vespasiano (89%).

Embora haja essas oscilações, não há dúvida de que o PrEsp continua a se fortalecer e consolidar sua posição como uma Política Estadual de Atenção à Pessoa Egressa. Isso é evidenciado pela escolha da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) da escolha do estado de Minas Gerais como sede do "Encontro Regionalizado Sudeste para a Implementação da Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional" (PNAPE), o que sinaliza o reconhecimento federal do trabalho realizado pelo PrEsp em Minas Gerais.

Além disso, a expressiva participação da rede parceira no evento, com toda a mobilização e convite dos participantes sendo coordenados pelo PrEsp e pela SUPEC. O encontro contou com a presença de representantes do Poder Judiciário, Assistência Social, Saúde, Segurança Pública, Sociedade Civil e de representantes de outros estados da região Sudeste.



Encontro Regionalizado Sudeste - dezembro de 2024

Ademais, a Diretoria destaca os seguintes pontos relacionados a esse indicador:

• Encontros de Rede – Neste trimestre, os municípios apresentaram participação em encontros de Redes já organizadas pelos territórios. Ações como essas reforçam a perspectiva da legitimação do Programa no município, além de evidenciar a capacidade técnica dos profissionais em discutir a

pauta do egresso, bem como a segurança cidadã e suas interfaces. Nesse sentido, o Projeto Prevenção também possibilitou a realização de encontros com uma estrutura de qualidade, levando em consideração o recurso financeiro disponibilizado via Contrato de Gestão. É importante frisar o impacto positivo que esses recursos têm na execução dos projetos, especialmente quando são aplicados de forma estratégica;



Encontro de Rede Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Olavo Costa, participação PrEsp Juiz de Fora - novembro de 2024

**Empregabilidade** — Parte significativa dos municípios vem solidificando suas parcerias de empregabilidade. Ainda que o Programa compreenda que trabalho não é a única demanda majoritária do público, construir essas articulações para encaminhamento do egresso é crucial, uma vez que a questão do trabalho é atravessada pelo estigma e demais vulnerabilidades especificas do público, que somente um serviço especializado tem capacidade de compreender e é responsável por ações que colaborem para a mudança do cenário de desemprego do público. Nesse sentido, não somente as Unidades vem captando parcerias a nível municipal, mas também a Diretoria em parceria com a Rede de Atenção de Egressos do Sistema Prisional (RAESP) vem estreitando o diálogo com o Ministério do Trabalho Estadual (MTE).



Parceria PrEsp Belo Horizonte e Supermercados BH - novembro de 2024



Reunião RAESP e Ministério do Trabalho Estadual - novembro de 2024

Por fim, cabe ressaltar o Edital do Projeto Alvorada Ciclo II, realizado neste trimestre, que prevê a possibilidade de oferta de qualificação profissional para o público de egressos e seus familiares nos municípios de Belo Horizonte, Montes Claros e Uberlândia. Com isso, o ano de 2025 já projeta essa parceria em rede na área de qualificação profissional. A Diretoria do Programa já vem sendo demandada pela Senappen para iniciar os diálogos para a construção da execução do projeto em Minas Gerais. Considerando a experiência positiva do PrEsp na execução do Ciclo I do Projeto Alvorada, recomenda-se que a OS tenha como perspectiva a execução do projeto nos referidos municípios, a fim de dar continuidade à oferta de qualificação profissional e inclusão social do público egresso e seus familiares.

# Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher			
Meta Resultado Desempenho			
67 163 243,3%			

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica				
Meta Resultado Desempenho				
2.595 4.174 160,8%				

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e				
Familiar junto às redes de proteção social				
Meta Resultado Desempenho				
560 714 127,5%				

Conforme apontado no 24º RGR, é importante destacar que as metas do município de Pouso Alegre permanecem fazendo parte dos resultados da área temática 6 (Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher), com previsão de conclusão no mês de abril de 2025.

A SUPEC reitera as considerações do 23º RM (01/07/2024 a 30/09/2024) sobre a importância de evidenciar, de forma clara e consistente, os impactos das ações realizadas na prevenção e no enfrentamento à violência no município de Pouso Alegre, visto que essa orientação não foi plenamente atendida no período subsequente, conforme se demonstrou nos registros do 24º RGR.

A Diretoria de Alternativas Penais corrobora com a DCM sobre a falta de um aprofundamento robusto que compromete a capacidade de realizar uma avaliação abrangente sobre os impactos do trabalho realizado, bem como de identificar possíveis oportunidades de aperfeiçoamento. Nesse sentido, para os próximos períodos, cabe à OS apresentar uma análise qualitativa consistente, tendo em vista que o 25º e o 26º RGR, contemplará os meses finais das atividades do Projeto, marcando uma etapa crucial para avaliação e consolidação dos resultados alcançados. No tocante ao Programa Ceapa, cabe mencionar que, após o encerramento do Projeto, a Unidade passará a compor os indicadores da área temática 4, referente ao Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais.

Passando à análise dos indicadores, observa-se que a meta foi plenamente alcançada nos três indicadores.

Analisando **o indicador 6.1**, a meta foi superada, tanto na análise cumulativa quanto na trimestral. Inclusive, comparado ao período anterior se observa um aumento no quantitativo executado, o que resultou em 400% acima do estabelecido.

Como destacado pela OS, a Unidade executa os grupos para homens autores de violência, em formato aberto, o que favorece a organização dos casos e o efetivo manejo de vagas. Pouso Alegre finalizou o ano de 2024 com um percentual de 85% de alternativas penais baixadas por cumprimento da determinação judicial. Esse dado reforça a efetividade do formato grupal que vem sendo adotado pela equipe. Diante dessa experiência exitosa, espera-as que essa modalidade seja replicada em todas as Unidades. Além disso, identifica-se também que foram executados 163 encontros que contaram com a presença de mais de 1.500 homens processados e/ou julgados no âmbito da Lei Maria da Penha. Esses dados evidenciam a efetividade

do trabalho executado pela unidade de Pouso Alegre, em consonância com os alinhamentos direcionados através dos espaços de supervisão metodológica, bem como de reuniões com a Diretoria de Alternativas Penais.

Analisando o número de atendimentos (indicador 6.2) realizados pelo Programa Ceapa, percebe-se que também houve o alcance da meta no que tange aos meses de outubro, novembro e dezembro. Inclusive, com um leve aumento se comparado ao último período. Destaca-se que a meta anual do Programa também foi alcançada.

Conforme informado pela OS, verifica-se uma pequena progressão nos atendimentos de inscrição e, diante desse cenário, **recomenda-se que essa realidade seja mantida durante os próximos meses.** Ademais, os números também mostram um aumento nos atendimentos grupais, que como destacado no indicador anterior, é resultado do formato dos grupos abertos. O gráfico abaixo ilustra as modalidades de atendimentos realizados durante o ano pela Programa Ceapa.



A DCM também corrobora com os resultados apresentados pela OS referentes ao número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica. Entretanto, destaca o desafio enfrentado pela equipe para alcançar as metas, considerando a significativa redução no desempenho dos resultados estimados para outubro e dezembro de 2024.

Observa-se um esforço contínuo na execução do trabalho, por meio dos atendimentos realizados pelo PMC ao longo do ano, com ênfase em atendimentos individuais, projetos e demandas de organização comunitária. Diante disso, é fundamental que a OS apresente uma análise concreta e qualitativa do trabalho desenvolvido, a fim de aprimorar a avaliação desse indicador.

Os resultados do PMC, impulsionados pela divulgação institucional e pela mobilização nos territórios, demonstram a continuidade do trabalho da equipe, visto que conforme os dados de atendimentos, diversas mulheres foram incentivadas a buscar a Unidade devido às ações realizadas nas áreas atendidas pelo Programa. Nesse contexto, os atendimentos recorrentes relacionados a organização comunitária ocorreram no território do Bairro São Geraldo, onde já existe um vínculo estabelecido com o Programa. No entanto, apesar das práticas consolidadas, a região sofreu grandes impactos em dezembro de 2024 devido às fortes chuvas que comprometeram seu atendimento.

Quanto aos casos individuais, ao fazer uma análise anual de 2024, evidencia-se que a natureza de violência mais atendida pela equipe refere-se à violência psicológica com 32% dos casos atendidos no ano, seguida das ameaças com 31% e a violência física com 17%. Destaca-se a predominância de registros de violência psicológica, e o questionamento dos padrões de registro, que geralmente se concentram na violência física. Desse modo, a DCM avalia que esse resultado pode indicar que as ações do Programa no território contribuíram para qualificação da percepção das mulheres sobre os ciclos de violência e as múltiplas formas de manifestação.



Projeto de Prevenção | Bairro São Geraldo/Pouso Alegre

# Novembro/2024

Por fim, faz- se necessário destacar os avanços importantes na manutenção de vínculos com os moradores do município, demonstrando sinergia entre os programas PMC e CEAPA. Os relatos da equipe técnica do PMC reforçam que, durante este período, várias mulheres atendidas tiveram companheiros acolhidos pela CEAPA. Um caso emblemático, registrado em outubro/24, ilustra uma atendida com medida protetiva que relatou à equipe do PMC sobre a mudança de comportamento do companheiro após o acompanhamento do Programa CEAPA. Essa transformação levou a atendida a indicar o programa a sua prima, que também se encontrava em situação de violência, encorajando-a a denunciar e buscar apoio.

Outra experiência exitosa compartilhada por uma referência comunitária relata que a mesma atendida do relato anterior já havia sido encorajada a procurar o PMC, mas temia julgamentos. Contudo, ao buscar apoio e ser atendida pelo PMC, sentiu-se acolhida e agora incentiva outras mulheres a procurarem o Programa. Isso reflete não apenas o trabalho realizado pela equipe, mas também o compromisso com as pessoas atendidas e a coragem de enfrentar a violência institucional que afeta tantas mulheres. Muitas delas hesitam em buscar ajuda por medo de serem julgadas pelas próprias instituições. Sendo assim, esse exemplo reflete o impacto positivo do trabalho desenvolvido e da mobilização das equipes em promover um atendimento qualificado, que fomenta a prevenção e o enfrentamento a violência contra a mulher em prol do fortalecimento do vínculo comunitário e na ampliação do alcance das ações preventivas. Diante desse contexto, a DCM compreende que os resultados do PMC revelam um esforço contínuo na consolidação do trabalho da prevenção.

Assim como no último período, **o indicador 6.3 teve a meta alcançada.** Observa-se um aumento no desempenho, se comparado ao último trimestre. Sobre o número das ações de rede realizadas pelo Programa Ceapa, podemos analisar que, também houve o alcance da meta no que tange aos meses de outubro, novembro e dezembro. Inclusive com um leve aumento se comparado ao último período.

Isto posto, é necessário retificar a informação apresentada no RGR, que menciona a recuperação de um desempenho no 23º PA, contudo, trata-se de um desemprenho insatisfatório (53 ações realizadas, enquanto o esperado era de 60 ações). Como citado no RGR, após intervenção da supervisão metodológica a Unidade conseguiu efetivar a entrega proposta para o 24º período, **logo recomenda-se que essa realidade seja mantida durante os próximos meses.** 

No período em análise, observa-se um aumento nas seguintes modalidades: construção de fluxos, alinhamento institucionais e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; e encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Projeto. Já com relação a modalidade de discussão de casos com a rede de proteção social verifica-se uma redução. Isto posto, é necessário corrigir o RGR que aponta o desempenho do 24º PA atrelado aos encaminhamentos e discussões de caso.

As visitas para articulação e construção de fluxo com os órgãos do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão afetas às alternativas penais seguem zeradas. Neste sentido, recomenda-se que a OS avance nessas articulações considerando que a partir de maio o Programa Ceapa aumentará seu escopo de atuação para receber novas modalidades de alterativas penais.

Cabe pontuar que, apesar do resultado positivo no trimestre, a meta anual pactuada para o Programa Ceapa não foi alcançada. No que se refere ao número acumulado de ações do PMC, a DCM valida o alcance dos resultados alcançados e destaca a relevância de uma relação sólida entre o Programa e as redes formais e informais, com vistas a assegurar a geração de resultados sustentáveis que perdurem após o encerramento das atividades do Programa.

A DCM destaca como positivas, entre as ações realizadas, àquelas que abordaram não apenas a violência contra a mulher, mas também a perspectiva interseccional, que inclui as questões de raça e cor nesses contextos. Além disso, ressalta-se a presença do PMC na reunião mensal da rede intersetorial, espaço consolidado para o debate de casos importantes, ampliando as possibilidades de acolhimento às pessoas atendidas e a participação do Programa na Campanha Outubro Rosa e Novembro Azul, realizada a convite da Unidade Básica de Saúde São Geraldo. Essa participação reflete o reconhecimento do trabalho de conscientização sobre a violência contra a mulher promovido no território, bem como a relação de proximidade e vínculo construída ao longo do tempo com a equipe de saúde da UBS, que juntos com outros atores promoveram essa iniciativa conjunta.



PMC | Reunião de Rede Intersetorial

Outubro/2024



PMC | Campanha Outubro Rosa e Novembro Azul na Unidade Básica de Saúde - São Geraldo
Novembro/2024

Em suma, a DCM reconhece que o trabalho executado tem refletido no alcance dos resultados de forma satisfatória. Entretanto, é percebida uma fragilidade, ou seja, apesar dos avanços na construção de fluxos, no alinhamento institucional e na definição de estratégias articuladas, há uma deficiência nos encaminhamentos formais (21,19%), refletindo uma baixa discussão de casos junto à rede, que corresponde a apenas 10,30% do eixo. Entre outubro e dezembro de 2024, foram debatidos apenas 5 casos, de um total de 16 ao longo do ano. Diante disso, a DCM recomenda que, antes do encerramento das atividades do PMC, seja realizada uma reavaliação dos casos em aberto, assegurando sua adequada inclusão na rede para os devidos encaminhamentos e desdobramentos necessários.

A DCM reconhece que os dados analisados neste período destacam os avanços significativos alcançados pelo PMC em Pouso Alegre. Apesar dos desafios no cumprimento dos indicadores, os resultados demonstram impactos expressivos e positivos, refletindo o investimento na manutenção do vínculo com o território e na articulação com as redes de proteção. Dessa forma, o PMC tem desempenhado um papel fundamental na promoção de ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra mulheres.

Dessa forma, a DCM recomenda para o período final de atividades do Programa, que sejam intensificados os esforços na discussão de casos e encaminhamentos junto a rede de proteção, assegurando a continuidade e a sustentabilidade dos resultados alcançados. Ademais, é crucial promover uma análise mais detalhada e qualificada dos casos ainda pendentes, reforçando o compromisso com o atendimento integral das vítimas e a responsabilização dos autores de violência.

Por fim, reitera-se que a OS apresente, nos RGR's subsequentes, um relatório minucioso, para uma análise íntegra do trabalho desenvolvido. Sugere-se, por exemplo, análises que justifiquem oscilações realizadas durante os meses, bem como os elementos de integração entre os dois programas.

# Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1: Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas				
Meta Resultado Desempenho				
1.115 935 83,85%				

Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Meta Resultado Desempenho					
1.320 1.397 105,8%					

Indicador nº 7.3: Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas				
Meta Resultado Desempenho				
895 860 96,1%				

Esta SUPEC corrobora com a OS na contextualização geral dos indicadores, entretanto traz a ênfase para o não alcance das metas globais (que se referem ao ano inteiro) do indicador 7.1 (número acumulado de ações de articulação com a rede parceira), que ainda segue abaixo da meta estipulada; e também do indicador 7.3 (número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas).

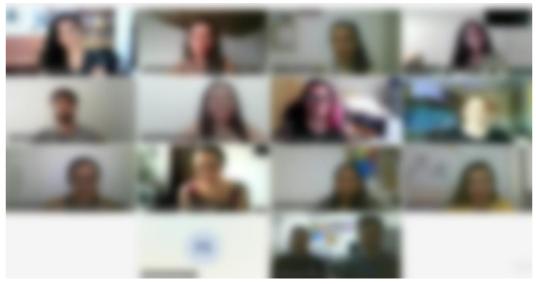
Ainda que, como abordado pela OS, as metas dos indicadores 7.1 e 7.2 tenham sido alcançadas neste período avaliatório (24º PA), a única meta global atingida no ano foi a referente ao indicador 7.2 (Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas). Porém, ainda que as metas globais não tenham sido atingidas, observa-se uma melhora significativa de desempenho, a exemplo do 7.1 (número acumulado de ações de articulação com a rede parceira) que apresentou números acima do estimado, em relação ao PA anterior.

Conforme abordado no último RM, o não atingimento da meta global dos indicadores se deve, sobretudo, aos seguintes contextos:

- Para o ano de 2024 as metas foram planejadas com base na previsão de implantação de mais duas UPCs do Programa Selo Prevenção Minas que não se concretizaram no tempo devido, uma com o início do trabalho previsto para fevereiro e outra para abril, o que aumentou as metas do programa para os 3 indicadores. Porém, devido a questões internas à SEJUSP, das duas expansões, apenas uma ocorreu (UPC RISP 15 em Teófilo Otoni), tendo seu início de trabalho no mês de junho e não em abril como era previsto. Em razão disso, o indicador 7.1 teve, até aqui (24º PA), 230 ações de rede de aumento da meta que não pôde ser alcançada (referente às expansões), o indicador 7.2 teve 200 participações a mais referentes às expansões, e o indicador 7.3 teve 80 participações a mais referentes às expansões;
- Assim como no último PA, o Programa enfrentou dificuldades em função do período eleitoral devido
  às eleições municipais. Com o término do processo eleitoral e a proclamação oficial dos resultados
  pelo TSE, inicia-se formalmente o período de transição dos governos, um momento de extrema
  importância e delicado dentro da administração pública. Como o Programa depende dos municípios
  para concretizar sua atuação, a execução de algumas ações ficou comprometida.
- Outro ponto a ser levado em consideração, são os meses de novembro e dezembro, onde tradicionalmente se tem os recessos e férias de servidores, impactando no pleno funcionamento das administrações públicas e nas ações do Programa.

Contudo, observou-se uma melhora significativa nos números dos indicadores do Programa Selo Prevenção Minas. Isso só foi possível por um esforço conjunto entre coordenação, supervisão metodológica e de gestão e equipe técnica.

Desse modo, imbuída na qualificação dos dados produzidos por esta política pública, acrescenta-se ainda a **entrega do Painel de Acompanhamento Selo Prevenção Minas – Certifica** que representará muito para o direcionamento das ações do Programa e maior assertividade para as discussões e intervenções nas RISP's de abrangência, especialmente nos espaços Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade dos municípios. A referida ferramenta foi projetada por meio de parceria da Política de Prevenção Social à Criminalidade com o Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais com o objetivo de fornecer, de forma completa e dinâmica, dados referentes a registros de crimes relacionados à ameaça, estupro, homicídio e lesão corporal em quatro municípios do Estado. As cidades de referência nesse painel são: Patos de Minas, São Gotardo, Teófilo Otoni e Itabirito.



Lançamento do painel com a presença da Coordenação Estadual, Observatório de Segurança e com a equipe técnica do Programa - 19/12/2024

Por fim, no tocante exclusivamente à RISP 15 e à título de contextualização, destaca-se a transição da gestão social da Unidade de Prevenção, no mês de dezembro. Para além dos elementos destacados pela OS no tocante ao indicador em questão, para os próximos períodos, **espera-se maior investimento na execução das ações do Programa em formato presencial.** Além disso, reitera-se, para a ampliação das análises relacionadas ao número acumulado de articulações com a rede parceira, a expectativa em relação a essa modalidade de articulação:

- RISP 10 Aumento das articulações presenciais com vistas ao fortalecimento do quórum da Comissão Municipal e a execução das ações do Plano Municipal; Aumento das articulações com os municípios fora da sede (Patos de Minas), com vistas à capilaridade do Programa, que diminuiu muito do ano de 2023 para 2024.
- RISP 15 Aumento do número de ações de rede na RISP para os municípios fora da sede, tendo em a entrega do Diagnóstico de Implantação da UPC e a necessidade de capilarização do Programa na RISP.

Além disso, destacam-se como recomendações a apresentação do Programa, assim como da Política de Prevenção aos municípios com nova gestão, a reapresentação do Programa para municípios com prefeitos reeleitos e o fortalecimento da articulação com os municípios fora das sedes das RISPs com vistas à capilaridade do Programa.

Esta coordenação reitera a reflexão da OS sobre o **indicador 7.2**. O Eixo em curso superou as expectativas neste período avaliatório em termos de número de pessoas participantes nas formações, demonstrando o investimento na diversificação da atuação do Programa na 10ª e 15ª RISP de maneira qualificada, integrada e continuada. Entretanto, destaca-se a diminuição da capilaridade (ou alcance na RISP) do Programa no ano de 2024 em comparação ao ano de 2023 e 2022, no tocante à RISP 10, o que é um ponto de preocupação e reanálise.

- 2022: foram executadas 18 formações, contemplando 18 municípios da RISP 10;
- 2023: foram executadas 29 formações, contemplando 20 municípios da RISP 10;
- 2024: foram realizadas 37 formações, mas contemplando apenas 11 municípios da RISP 10 menor número desde 2022 (24 das 37 formações foram executadas no município de Patos de Minas).

A seguir, resumo do vínculo com os municípios da RISP 10 na perspectiva do Em Curso:

VÍNCULO - EM CURSO					
Municípios	2022	2023	2024	TOTAL	STATUS
Abadia dos Dourados	1	1	1	3	
Arapuá	0	1	2	3	
Carmo do Paranaíba	1	1	1	3	
Coromandel	0	1	0	1	
Cruzeiro da Fortaleza	0	2	0	2	
Douradoquara	0	1	0	1	
Guimarânia	0	2	0	2	
Iraí de Minas	0	1	0	1	
Lagamar	1	2	1	4	
Lagoa Formosa	1	1	1	3	
Lagoa Grande	0	2	0	2	
Matutina	1	1	1	3	
Monte Carmelo	0	2	0	2	
Patos de Minas	4	0	24	28	
Patrocínio	0	1	0	1	
Presidente Olegário	0	3	2	5	
Rio Paranaíba	1	2	0	3	
Romaria	0	1	0	1	
São Gonçalo do Abaeté	2	1	0	3	
São Gotardo	1	2	2	5	
Serra do Salitre	3	1	1	5	
Tiros	1	0	1	2	
Varjão de Minas	1	0	0	1	
TOTAL	18	29	37	84	

Visão da capilaridade do Em Curso na RISP 10 de 2022 a 2024

Das 14 formações realizadas neste 24º PA (outubro, novembro e dezembro), apenas uma foi fora do município sede, no caso, no município de Serra de Salitre. Portanto, recomenda-se para os próximos PAs, o investimento na retomada da capilaridade do Programa na RISP em relação às ações do Em Curso a que se refere este indicador 7.2.

No tocante à RISP 15, o cenário da fraca capilaridade não é diferente. Em 2024 foram realizadas apenas 3 formações, sendo duas no município sede (Teófilo Otoni) e apenas uma fora da sede (Jequitinhonha, contemplando também o município de Joaíma). No caso da RISP 15, isso justifica-se na medida em que é o primeiro ano de execução do Programa na RISP, tendo sido o diagnóstico de implantação entregue em dezembro. Porém, reforça-se a orientação de que em 2025 seja emplacada, com força total, a capilaridade do Programa por meio do Eixo Em Curso.

Tendo como horizonte o fortalecimento da atuação em Prevenção à Criminalidade no estado de Minas Gerais através das atividades de formação, deseja-se que esta seja uma constante para os próximos períodos em 2025, em ambas as RISPS, assim como a diversificação das temáticas, com foco na retomada das temáticas-foco para o programa (Prevenção Social à Criminalidade e Possibilidades de Atuação Municipal na Segurança Pública, por exemplo). Nesse sentido, em relação às recomendações para o próximo período, no tocante ao indicador 7.2, têm-se como expectativa de maneira específica para cada UPC:

### RISP 10:

O Promoção da autonomia e afirmação da analista referência de RISP 10 para continuidade das formações e retomada do ritmo que vinha sendo executado pelo programa;

- O Execução de atividades de formações fora do município sede;
- o Foco das formações nas temáticas-foco para o Programa, conforme orientação.

#### RISP 15:

o Execução das formações nos municípios fora do município sede, com foco em outros contemplados pelo Vale do Lítio.

Para que isso ocorra, será necessário que a supervisão metodológica, junto à coordenação Estadual intensifique as capacitações e supervisões para a equipe técnica, de modo a instrumentalizá-los para a melhoria da capilaridade e qualidade técnica do eixo e, consequentemente, dos indicadores.

No que se refere ao **indicador 7.3**, à título de complementar as análises realizadas pela OS, no último PA (23º), houve a retomada das ações de participação social do programa. Ainda que afetadas pelas eleições municipais, houve grande avanço nas ações relativas a esse indicador. Isso reflete o intenso trabalho realizado entre coordenação, supervisão metodológica, supervisão da gestão e equipe técnica. Dessa maneira, foram executadas neste PA as seguintes ações de participação social:

## **RISP 10:**

- Outubro: reunião de rede temática, a respeito da violência contra a mulher, em Patos de Minas, contemplando 6 participantes;
- Novembro: não houveram ações de participação social;
- Dezembro: duas rodas de conversa em Rio Paranaíba sobre ações de prevenção à violência contra a mulher, com 61 pessoas presentes.

#### **RISP 15:**

- Outubro: não houveram ações de participação social;
- Novembro: quatro rodas de conversa no município de Jequitinhonha na temática de prevenção à violência contra a mulher, com a presença de 35 pessoas no total;
- Dezembro: não houveram ações de participação social.

# No tocante às Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade:

- Patos de Minas: uma reunião realizada em dezembro com a presença de 8 pessoas;
- São Gotardo: uma reunião realizada em outubro com a presença de 8 pessoas;
- Teófilo Otoni: não houveram reuniões devido ao adiamento da instituição da Comissão, em virtude da mudança na gestão municipal.

Com vistas ao fortalecimento da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade em Patos de Minas, foi realizada, dia 31 de outubro de 2023, reunião da Comissão em parceria com o IGESP - Integração da Gestão em Segurança Pública, iniciativa da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública para fortalecimento da gestão municipal em segurança. Esta reunião contou com a presença do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública Rogério Greco, da Subsecretária de Estado de Prevenção Social à Criminalidade Christiana Dornas e do Subsecretário de Integração da Segurança Pública Christiana Viana.



Reunião IGESP em parceria com a Comissão Municipal dia 31/10/2024

Como fatores de atenção a serem levados em consideração para o próximo PA em relação ao indicador 7.3, elenca-se:

- Instituição de espaços de rede temáticos nos municípios fora da sede da RISP;
- Foco maior na qualificação das ações de participação social;
- Construção mais próxima com as instituições públicas municipais sobre os processos de participação social;
- Consolidação da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade nas RISP's de abrangência do Programa - fortalecimento do espaço.

# Área Temática 8 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1. Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da				
Meta Resultado Desempenho				
364 400 109,8%				

Indicador 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade				
Meta Resultado Desempenho				
812 963 118,6%				

Indicador 8.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão

Meta	Resultado	Desempenho
180	182	101%

Indicador 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto				
Meta Resultado Desempenho				
15 6,2 240%				

Quanto a Área Temática 8 - Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade, voltados à mensuração do trabalho realizado pelas supervisões da gestão e metodológica, vale mencionar o alcance da meta em todos os indicadores neste período avaliatório.

**No que se refere ao indicador 8.3**, o Programa Fica Vivo reforça que, em relação as supervisões metodológicas, os temas frequentemente compartilhados com a Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude (DPJU) estão vinculados à dinâmica territorial; à construção de intervenções junto às oficinas e oficineiros; à realização de projetos e ao acompanhamento de casos de vulnerabilidades e violação de direitos, assédio e violência sexual, ameaças e saúde mental. A supervisão dispõe para as equipes boas práticas para a aproximação e intervenção com o público prioritário.

Além disso, as formações continuadas realizadas pela supervisão metodológica sobre Análise da Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade e sobre Cartografia Social propuseram que as equipes multiplicassem o conteúdo das capacitações com os oficineiros para qualificação dos atendimentos com os jovens. A DPJU convidou o Instituto Minas Pela Paz para apresentar a metodologia do Programa Descubra na Reunião de Alinhamento Institucional realizada em novembro. Na oportunidade as equipes foram capacitadas nas ferramentas da Jornada do Aprendiz.



Reunião de Alinhamento Institucional - Descubra

A formação continuada realizada pela supervisão da gestão sobre segurança pública baseada em evidência conduzida por várias reflexões. Com palestra envolvente, o especialista apresentou estudos relevantes sobre o tema que contribuirão para novas possibilidades de atuação da Política de Prevenção.



A DPJU e o Departamento de Monitoramento de Projetos do IELO realizaram em conjunto reuniões com o Comitê Gestor de Oficineiros e Oficineiras do Fica Vivo! e a falta de quórum impediu a realização da pauta em dezembro, sendo remanejada para janeiro. Permanece a orientação para que a OS invista mais na mobilização e engajamento dos oficineiros nesta agenda.

Por último, em relação ao **indicador 8.4**, destaca-se que a gestão de recursos humanos da OS tem sido um aspecto de grande atenção no monitoramento realizado pelas diretorias dos programas da SUPEC e pela Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão. Nesse contexto, os Relatórios de Monitoramento do ano de 2024 evidenciaram a preocupação da SUPEC com os impactos negativos causados pela elevada rotatividade dos profissionais contratados pela OS, especialmente diante do investimento contínuo em capacitações e formações metodológicas.

Diante desse cenário, a SUPEC apresentou uma proposta para inclusão do indicador de turnover (taxa de rotatividade de colaboradores), que integra a cartela de indicadores do IX Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 002/2019 para 2025, em substituição ao indicador 8.4, a partir do 25º Período Avaliatório. Essa mudança visa, sobretudo, abordar a rotatividade dos profissionais dessa política pública e buscar soluções eficazes e ágeis para mitigar esse problema.

Área Temática 9 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial			
Meta Resultado Desempenho			
32 31 96,9%			

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas								
Meta	Resultado	Desempenho						
6	6	100%						

No que tange ao **indicador 9.1**, observa-se que as informações detalhadas das dinâmicas criminais dos territórios e das análises produzidas não apareceram no 24º RGR. Isso demonstra que a OS acatou as sugestões no sentido de adequar a descrição das dinâmicas sem a exposição detalhada de informações. No entanto, sugere-se ainda uma redução textual para tornar a leitura mais fluida.

Cabe mencionar que, durante este período avaliatório, a Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude realizou um levantamento buscando compreender os desafios do GEPAR e das equipes das UPCs nesse contexto atual da segurança pública em Minas Gerais (impactos da atuação das facções nacionais). E assim, construir novas estratégias e inovações para a Proteção Social, de modo que Intervenção Estratégica e Proteção Social trabalhem em conjunto, considerando os desafios na execução de cada eixo no atendimento às comunidades.

Em relação ao monitoramento de homicídios nas áreas de abrangência das UPCs territoriais, para o próximo período avaliatório, teremos elementos mais consistentes, conforme "Taxa de homicídios consumados ocorridos em áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos" que passa a compor o quadro de indicadores de 2025. Com isto, espera-se que a leitura da dinâmica realizada pela gestão e equipes Fica Vivo e PMC seja ainda mais alinhada, contemplando a leitura dentro e fora da faixa etária do Fica Vivo.

#### Área Temática 10 - Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica							
Meta	Resultado	Desempenho					
100%	100%	100%					

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão								
Meta	Resultado	Desempenho						
100%	-	-						

Na área temática 10, acerca do **indicador 10.1**, informa-se que este procedimento, previsto no Decreto Estadual nº 47.553/18, foi integralmente realizado pela Comissão de Monitoramento, cujos processos já podem ser acessados de forma virtual. Foram verificados 146 processos, alcançando 100% de conformidade após a realização da checagem de efetividade, concluída em 03/02/2025.

Importante destacar alguns pontos observados:

- Muitos processos de rescisão de oficinas formalizados no trimestre, contudo, estes já se encontravam inativos. Portanto, foi entendido pela Comissão de Monitoramento como uma organização interna dos processos de contratação de projetos de oficinas que ainda se encontravam pendentes na OS;
  - Aumento do custo do contrato de plano de saúde Unimed para 2025 em 15,55%.



Já o **indicador 10.2** será discutido e avaliado, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação. Por ora, informa-se que todas as fontes de comprovação foram enviadas à SEPLAG para cômputo dos indicadores.

#### 3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

	Área Temática		Produto	Peso (%)	Término Previsto	Término Realizado	Status
1	Diagnósticos	2.2	Implantação de UPC de abrangência Regional (15ª RISP -Teófilo Otoni)	4	31/12/2024	20/12/2024 - validação SUPEC	Aprovado
3	Aprimorament o e avaliação da Política de Prevenção Social à Criminalidade	3.1	Desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade (Publicação do Edital)	7	31/12/2024	18/12/2024 – validação SUPEC	Aprovado
4	Projetos dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos	4.1	Encontro de Formação e Capacitação de Oficineiros e Oficineiras	6	31/12/2024	27/12/2024 – validação SUPEC	Aprovado

## 3.1. Detalhamento da realização dos produtos

Com a assinatura do IX Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 002/2019, o quadro de produtos foi redesenhado, incorporando novos produtos e repactuando outros para o ano de 2025, tal como a avaliação de impacto dos programas de abrangência territorial, repactuada para 2025.

Quando ao produto 2.2 - Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência Regional 15ª RISP, esta SUPEC destaca a robustez da entrega, em especial no tocante aos dados qualitativos apresentados. Temos hoje um material mais consistente de elementos técnicos que direcionarão os trabalhos do Programa na RISP e trarão maior assertividade para as discussões das metodologias do Selo que serão aplicadas na regional.

Já o produto 3.1 referente ao Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade também foi repactuado no IX Termo Aditivo, com entregas parciais, que serão realizadas ao longo de 2025: a publicação do edital e o desenvolvimento de seis módulos. Nesse contexto, a entrega do 24º Período Avaliatório foi a publicação do edital para contratação de empresa especializada para desenvolver referido sistema, publicado em dezembro de 2024.

Por fim, o produto 4.1 - Encontro de Formação e Capacitação de Oficineiros e Oficineiras, realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2024 cumpriu com a finalidade de capacitar os envolvidos para que possam manejar conflitos dentro da comunidade e para prevenir homicídios resultantes de diferentes situações de violência e violação de direitos.

#### 4. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

#### Memória de Cálculo A – Recurso Estadual

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo 24º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

	Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das A	Atividades do C	ontrato de Ges	tão
	AC.11.1	D	B E I	Realizado (/)
No	Atividades	Previsto	Realizado	Previsto
1	Area Meio	1.413.479,60	924.902,97	65,43%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	6.424.300,00	5.680.442,79	88,42%
3	Capacitações da equipe contratada	215.000,00	173.335,43	80,62%
4	Deslocamento da equipe contratada	108.000,00	100.174,33	92,75%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	214.200,00	183.005,88	85,44%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	679.000,00	671.286,29	98,86%
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	87.200,00	78.845,71	90,42%
9	Ações do Programa Se Liga	39.700,00	25.652,81	64,62%
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	414.960,00	385.688,59	92,95%
15	Emenda Parlamentar	479.200,00	479.200,00	100,00%
16	Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e Sede Administrativa	234.000,00	186.892,64	79,87%
17	Bem estar social	9.000,00	1.050,00	11,67%
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	108.000.00	86.351,30	79,95%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	12.000,00	1.938,24	16,15%
20	Gestão das UPCS - Manutenção, Reforma e Obras.	300.000.00	264.342.72	88,11%
21	Gestão das UPCS - Locação de imóveis, seguro imóveis, seguro fiança, condomínio, energia elétrica, IPTU, água, telefonia, internet, reprografia, taxas e impostos de fiscalização e funcionamento, AVCB, incêndio, etc.	292.800,00	359.864,15	122,90%
22	Gestão das UPCS - Contratação de serviços de limpeza de caixas d'agua, telhados, calhas etc. Serviços elétricos, hidráulicos, vidraçaria, marcenaria, chavero, extintor de incêndio, capina, dedetização, carretos/mudanças,etc.	48.000,00	73.784,23	153,72%
23	Gestão das UPCS - Aquisição de material de consumo, material de escritório, material de limpeza, material de informática, galões de água mineral, descartáveis, etc.	60.000,00	256.212,06	427,02%
24	Gestão das UPCS - Serviços de instalação manutenção de equipamentos de informática, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, etc.	12.000,00	3.489,00	29,08%
25	Gestão das UPCS - Serviços de construção, plotagem, manutenção, instalação e limpeza de placas de identificação das UPCs.	12.000,00	1.655,00	13,79%
26	Gestão das UPCS - Despesas com Veículos (IPVA, Seguro, Impostos, Manutenção, Combustível, etc).	287.100,00	156.526,48	54,52%
27	Gestão das UPCS - Despesas de pronto pagamento.	132.000,00	99.293,10	75,22%
28	Pesquisa de Impacto dos Programas da Política de Prevenção à Crminalidade.	400.000,00	400.000,00	100,00%
	Total	11.981.939,60	10.593.933,72	88,42%

#### Destinação dos Gastos de Pessoal

Destinação	%	Valor
Area Meio		-
Area Fim		-

#### Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal

Destinação	Valor
Area Meio	924.902,97
Area Fim	9.669.030,75





#### Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

#### 24º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

					,			3					
		jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
<b>(T)</b>	Transporte de Saldo Financeiro Anterior	18.272.393,93	15.212.225,44	21.310.873,30	18.690.592,36	15.523.174,46	12.176.251,09	20.394.094,68	16.988.217,19	13.731.427,19	21.432.060,10	17.943.898,43	21.893.085,47
(E)	Total de Entradas de Recursos	165.192,67	9.452.246,25	653.021,54	153.293,99	124.950,49	11.515.996,63	176.682,04	137.923,21	11.324.102,28	177.766,70	8.276.172,02	159.950,04
<b>(S)</b>	Total de Saídas de Recursos	3.225.361,16	3.353.598,39	3.273.302,48	3.320.711,89	3.471.873,86	3.298.153,04	3.582.559,53	3.394.713,21	3.623.469,37	3.665.928,37	4.326.984,98	4.828.044,83
(SF)	Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	15.212.225,44	21.310.873,30	18.690.592,36	15.523.174,46	12.176.251,09	20.394.094,68	16.988.217,19	13.731.427,19	21.432.060,10	17.943.898,43	21.893.085,47	17.224.990,68

(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)

	Distribuição Gerencial dos Recursos	
(PP)	Provisonamentos de Pessoal	6.153.857,06
(C)	Recursos Comprometidos	4.320.909,08
(AR)	Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-
(SR)	Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	6.750.224,54
(SF)	Saldo Financeiro (Somatório)	17.224.990,68

	Composição do Saldo Fin	nanceiro (SF)
	Saldo Extrato C/C	-
	Saldo Extrato CI 1	17.224.990,68
	Saldo Extrato Cl 2	-
	Saldo Fundo Fixo	-
SF)	( = ) Saldo Financeiro	17.224.990,68
SF)	( = ) Saldo Financeiro	17.224.990

Movimentação da Reserva de	Recursos
Transporte de Saldo	4.633.992,72
ransferência para Reserva endimentos Fin da Reserva astos da Reserva	1.838.070,49
Rendimentos Fin da Reserva	628.187,76
Gastos da Reserva	10.046,07
Saldo	7.090.204,90





#### Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

#### 24º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

_			i abeia 2 -	Comparativ	entre Recei	las e Gasios	Frevisios e	Realizados fi	io Feriodo el	m Regime de	Competence	d		
		jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	l jun/24	l jul/24	4 ago/2	4 set/2	4 out/2	4 nov/24	dez/24	TOTAL
								Previsto						
1	Entrada de Reoursos													
1.1	Repasses	9.319.006.51	-	-	11.380.374.00	-		11.166.828.85	i	-	- 8.132.994.9	1 -	-	39.999.204,2
1.2	Rendimentos Fin.	165.192.67	133.239.74	173.821.54	152.243 99	124,950,49	135.622.63	176.682.04	137.923,21	157 273.43	177.766.70	143.177.11	159.950.04	1.837.843,60
1.3 1.3.: 1.3.:	Receitas Arrecadadas Receitas Arrecadadas Previstas Rendimentos Fin. c/ Destinação Especifica	479,200 00	-	-			-	-	-	-	-	-	-	479.200,0
1.3.	3 Outras Receitas	9.000.00					-		-			-		9.000,0
	Subtotal Receitas:	488.200,00								-	-			488.200,0
(E) T	otal de Entradas:	9.972.399,18	133.239,74	173.821,64	11.532.617,99	124.950,49	136.622,63	11.343.510,89	137.923,21	167.273,43	8.310.761,61	143,177,11	159.950,04	42.325.247,86
2	Saida de Reoursos													
21	Gastos com Pessoal													
211	Salários	1.642.202.21	1.662.603.83	1.662.603.83	1.667.803.98	1.713.036.82	1.713.036.62	1.718.168.64	4 1.742.999.8	5 1.748.456 84	1.773.990.29	1.798.821.51	1.943.895.97	20.787.620,60
22	Estaglários	121.737.00	121.737.00	121.737.00	126 021 00	126.021.00	126.021.00	129.234.00	129.234.00	129 234 00	132,447.0	132,447.00	125.630.00	1.521.500,00
28	Encargos	487.477.56	494,472,40	494.472.40	496.634.97	511.992.88	511.992.88	514.088.07	521.920.06	523,933.08	533,414.4	542.574.38	577.382.62	6.210.355,8
2%	Beneficios	467.250.89	474.258.83	474 258 83	475.178 55	491.188 91	491.188 91	492.104.44	501.106 87	7 506.534.68	514.458.1	4 523,460.57	559.457.23	5.970.446,8
	Subtotal (Pessoal):	2.718.667,76	2.763.072,06	2.763.072,06	2.765.638,50	2.842.239,61	2.842.239,61	2.863.695,15	2.895.260,79	2.908.168,60	2.954.309,85	2.997.303,46	3.206.365,82 3	4.489.923,27
22	Gastos Gerals	1.300.966.53	1 063 266 53	1.121.516.53	1.507.666.53	763.366.53	763.366.53	1 315 566,53	776.366.53	776.366.53	856.366 53	936.366.53	1.393.981.20	12.674.763,03
23	Aquisição de Bens Permanentes	434,600,00	396,500 00	1.100 00	317.620 00					-	-		-	1.150.020,0
2.4	Transferência para Reserva	165.192.67	133.239.74	173.821 54	152.243.99	124,950,49	135.622.63	176.682.04	137.923.2	1 157 273.43	177.766.70	143.177.11	159.950.04	1.837.843,51
8) T	otal de Saldas:	4.619.026,96	4.346.078,33	4.049.510,13	4.743.369,02	3.730.556,63	3.741.228,77	4.345.843,72	3.809.880,83	3.841.798,66	3.988.443,08	4.076.847,10	4.760.297,06 6	0.052.549,89

														Realizado (/) Previsto	Previsto
1.1 Repasses	9 319 006 51	-	-	11.380.374.00	-	-	11.166.828.85	-	-	8.132 994 91		-	39.999.204,27	100.00%	-
1.2 Rendimentos Fin.	165.192.67	133.239.74	173.821.54	152.243.99	124,950,49	135.622.63	176.682.04	137.923.21	157 273.43	177.766.70	143.177.11	159.950.04	1.837.843,69	100.00%	-
1.3 Receitas Arrecadadas															
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	479,200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	479.200,00	100.00%	-
1 3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Especifica	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-		-	-
1.3.3 Outras Recetas	-	-	-												

Subtotal Receitas: 479.200,00	
-------------------------------	--

2.1	Gastos com Pessoal													
21	1.1 Salários	1.425 025.43	1.433.900.34	1.461.346.34	1.432.378.63	1.521.149.48	1.540.609.62	1.504.124.39	1.571.371.61	1 556 912.61	1.579.037.98	1.605.330.06	1.806.147.47	18.437.333,96
21	12 Estaglários	73 267 08	95.363.33	57 257 08	90.120.24	94 537 08	95.798.35	91.131 52	95,222.07	90.789.74	93.160.23	92 590.77	96.494.70	1.065.752,19
21	3 Encargos	482.219.90	474.309.54	466.738.86	467.297.71	478.943.48	495.977.46	482.579.01	508.809.14	503 012 21	502.467 83	532.345.93	576.897.62	5.971.598,69
21	.4 Beneficios	203.020 96	469.033.26	490.845.56	489.464.24	503.424 23	526.704.27	535.859.81	545.391.83	545.679.06	544.187.71	549.247.51	552,406.39	6.955.264,83
	Subtotal (Pessoal):	2.183.633,37	2.472.606,47	2.476.187,84	2.479.260,82	2.698.054,27	2.659.089,70	2.613.694,73	2.720.794,65	2.696.393,62	2.718.873,76	2.779.614,27	3.031.946,18	31.429.949,67
22	Gastos Gerais	605.061.39	671.894.88	741.141 09	763.823.81	791.092.26	708.750.34	749.254.69	814.884.12	754.714.36	835.211.87	992.085.68	2.175.614.41	10.603.548,90
23	Aquisição de Bens Permanentes	73 844.73	5.698.00	351.99	120.103.00	6.936.00	22.221.20	12.618.78	1.178.00	1.510.40	30.722.15	9.082.99	643.771.02	928.038,26
24	Transferência para Keserva	165.192.67	133,239,74	173.621.54	152.243.99	124.950.49	135.622.63	176.682.04	137.923.21	157.273.43	177.796.70	143.177.11	-	1.677.893,55

Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
88.69%	2.350.286.64
70.09%	455.747.81
96.16%	238.757.13
99.79%	15.162.02
91,13%	3.059.973,60
84.32%	1.971.214.13
80.70%	221.961.74
91.30%	159.950.04
89,19%	6.413.119,61





## Memória de Cálculo B – FUNEMP

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo 24º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio	-	0,00	-
	Acompanhamento in loco da Supervisão			
2	Metodológica/RH/Monitoramento de Dados/Controle de	-	-	-
	Patrimônio			
3	Cursos de Qualificação Profissional	-	-	-
4	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de			
4	UPCs e sede administrativa		-	_
	- Total	•	0,00	-

#### Destinação dos Gastos de Pessoal

Destinação	%	Valor
Àrea Meio		-
Area Fim		-

#### Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal

Destinação	Valor
Área Meio	0,00
Área Fim	-





#### Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

#### 24º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	857.460,43	718.183,49	595.772,65	836.176,36	756.413,48	693.296,77	816.202,12	770.382,42	733.262,39	813.868,79	769.716,01	705.428,83
(E) Total de Entradas de Recursos	7.766,15	5.575,92	321.895,76	7.032,85	6.700,71	185.811,30	7.638,85	6.943,57	127.081,44	7.247,41	5.926,69	5.571,27
(S) Total de Saídas de Recursos	147.043,09	127.986,76	81.492,05	86.795,73	69.817,42	62.905,95	53.458,55	44.063,60	46.475,04	51.400,19	70.213,87	64.274,99
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	718.183,49	595.772,65	836.176,36	756.413,48	693.296,77	816.202,12	770.382,42	733.262,39	813.868,79	769.716,01	705.428,83	646.725,11

(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)

	Distribuição Gerencial dos Recursos											
(PP)	Provisonamentos de Pessoal	341.298,05										
(C)	Recursos Comprometidos	40.993,17										
(AR)	Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-										
(SR)	Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	264.433,89										
(SF)	Saldo Financeiro (Somatório)	646.725,11										

Composição do Saldo Fi	inanceiro (SF)
Saldo Extrato C/C	-
Saldo Extrato CI 1	646.725,11
Saldo Extrato CI 2	-
Saldo Fundo Fixo	-
( = ) Saldo Financeiro	646.725,11

Movimentação da Reserva de	Recursos
Transporte de Saldo	149.701,47
Transferência para Reserva	80.555,78
Rendimentos Fin da Reserva	21.514,36
Gastos da Reserva	-
Saldo	251.771,61





#### Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

#### 24º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	TOTAL		
							Previsto								
Entrada de Reoursos															
1.1 Repasses	316.536.70	-	-	179.616 38	-	-	120,429,84	-	-	-	-	-	616.582,92		
1.2 Rendimentos Fin.	7.766.15	5 57 5 92	5 359 06	703265	6.700.71	6.194.92	7.638.85	6.943.57	6.651.60	7.247.41	5.926.69	5.571.27	78.609,00		
1.3 Receitas Arrecadadas															
1.3.1 Receltas Arrecadadas															
1.3.2 Destinação Especifica															
1.3.3 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-		
Subtofal Receifas:	<u> </u>	<u> </u>		·	•	<u> </u>	<u> </u>	•	•	•	•				
21 Gastos com Pessoal 21 Salários	89,785,46	59,856,97	59,856,97	69.866,97	29.928,49	29.928,49	29.928,49	29.928,49	29.928,49	29.928,49	29.928,49	31.692,04	510.547,84		
212 Estaglários	-	-	-	-				-		_	_	-			
213 Encargos	39.376,06	29.453,17	29.453,17	29.453,17	19.796,89	19,795,89	19.795,89	20,138,68	20.138,68	20.138,68	20.138,66	10,759,13	278.437,08		
21A Beneficios	30.443,26	20.295,51	20.295,51	20.295,51	10.147,75	10.147,75	10.147,75	10.147,75	10.147,75	10.147,75	10.147,75	10.063,69	172.427,72		
Subtotal (Pessoal):	159.604,77	109.605,65	109.605,65	109.605,65	59.872,13	59.872,13	59.872,13	60.214,92	60.214,92	60.214,92	60.214,92	52.514,86	961.412,64		
22 Gastos Gerais		_													
23 Aquisição de Bens Permanentes															
24 Transferência para	7.518,05	7.766,15	5.575,92	5.359,06	7.032,85	6.700,71	7.638,85	6.943,57	6.651,40	7.247,41	5.926,69	5.571,27	79.931,93		
	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	TOTAL		
							Realizado							Realizado (/) Previsto	Previsto
1 Entrada de Reoursos 1.1 Repasses	316.536.70			179,616 38			120.429.84						616.582,92	(/) PTEVICED	
1.2 Rendimentos Fin.	7.766.15	5,575,92	5 359 06	7.032.65	6,700,71	6.194.92	7,638.85	6.943.57	6,651,60	7.247.41	5 926.69	5.571.27	78.609,00	100.00%	
1.3 Receitas Arrecadadas	7.100.13	227.22		1,222,03	0.700.71		1.000,00		0.001.00	12000	3200	22712	10.000,00	-	-
1.3.1 Receitas Arrecadadas	_	_	_	_				_		_		_		_	_
1.3.2 Rendimentos Fin. c/	_							_		_	_				
Destinação Específica 1.3.3 Outras Receitas	-		-	-	•		•	-	•	-	-	-	•	-	-
Subtotal Receitas:	:	:	<u>:</u>	<del></del>	<u>:</u>	<u>:</u>			:		:		<del></del>	<del></del>	<del></del>
														100,00%	
														Realizado	Previsto
2.1 Gastos com Pessoal														(/) Previsto	(-) Realizado
21.1 Salários	76.733.39	50.585.98	55.068.04	42.474.97	28.808.81	29.926.34	23.253.50	25.474.71	29.914.59	30 053.19	29.458.75	38.993.17	460.745,44	90.29%	49 802.40
212 Estaglários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
213 Encargos	32.546.80	23.957.72	22.372.71	21.157.14	14.047.03	11.503.59	12.601.54	12.935.52	12.763.96	19 545 88	19 545 88	19.545.88	222.523,65	79.92%	55 913.43
21.4 Beneficios	13.199.04	24.617.19	17.584.10	16.461.77	8.850.52	10.571.37	10.003.65	8.639.03	10.227.45	10.185 55	9.097.90	10.279.40	149.716,97	86.83%	22.710.75
Subtotal (Pessoal):	122.479,23	99.160,89	95.024,85	80.093,88	51.706,36	52.001,30	45.858,69	47.049,26	52.906,00	59.784,62	58.102,53	68.818,45	832.986,06	86,64%	128.426,58
2.2 Gastos Gerals	(0.00)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,00)	-	0.00
23 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-				-		-	-	-		-	-
24 Reserve	7.766,16	5.675,92	6.359,06	7.032,85	6.700,71	6.194,92	7.638,85	6.943,57	6.651,60	7.247,41	5.926,69		73.037,73	91,37%	6.894,20
														87,01%	135.320,78





## 4.1. Análise das receitas e despesas do período

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo, por e-mail em 10/01/2025. Ademais, os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade com os saldos informado nos RGFs.

Do total de saídas realizadas no 24º período avaliatório foi executado 89,19% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual) e 87,01% da Memória de Cálculo B (recurso oriundo do Ministério Público - FUNEMP).

Ressaltamos que o saldo remanescente identificado nos extratos e no RGF deverão compor o IX Termo Aditivo para implementação do plano de trabalho da parceria, bem como para custear as despesas para o ano de 2025.

# 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizadas pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio dos servidores da SEJUSP, dos funcionários da OS Instituto Elo, e precipuamente das diretorias e coordenações dos programas de prevenção social à criminalidade da SUPEC.

Por fim, é necessário realizar uma retificação geral apresentada ao longo do RGR, que menciona o 24º PA dentro do lapso temporal de 01/07/2024 a 30/09/2024. O período citado pela OS corresponde ao 23º período, sendo o período correto **01/10/2024** a **31/12/2024**.



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

# Assessoria de Gestão de Unidades de Prevenção à Criminalidade e de Parcerias

Relatório da Comissão de monitoramento 24º PA - SEJUSP/AGUP

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2025.

# DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO 002/2019

Declaramos ter realizado todos os procedimentos de monitoramento e fiscalização do Contrato de Gestão 002/2019, celebrado entre a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e a Organização Social Instituto ELO, bem como supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Elo no 24° período avaliatório e realizado a conferência documental, tais como: os dados apresentados no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e no Relatório Gerencial Financeiro (RGF); as fontes de comprovação dos indicadores e produtos; os saldos dos extratos bancários das contas vinculadas ao Contrato de Gestão; os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações; documentos fiscais, trabalhistas e previdenciários; o valor do provisionamento trabalhista; a relação dos bens adquiridos pela OS no respectivo período; os valores comprometidos, conforme demonstrado no Relatório Gerencial Financeiro; a observância dos regulamentos próprios que disciplinam os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, conforme disposto na legislação pertinente e na metodologia dos procedimentos de checagens amostrais periódicas; a adequação das despesas ao objeto do Contrato de Gestão 002/2019.

Assim sendo, ratificamos e atestamos a fidedignidade das informações produzidas pela Comissão de Monitoramento, com o apoio e colaboração das respectivas diretorias e coordenações dos programas que compõem a Política de Prevenção Social à Criminalidade e exaradas no respectivo Relatório da Comissão de Monitoramento, PDF doc. (106872108).

## **Gleysiane Freire Diniz**

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

# Marina Tereza da Silva Coelho

Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão nº002/2019

Ana Carolina dos Santos Gonçalves

### **Beatriz Barbosa Pena Camargo**

Representante da Unidade Jurídica do OEP

#### Cícera Maia

Membro da Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 002/2019



Documento assinado eletronicamente por **Marina Tereza da Silva Coelho**, **Servidor(a) Público(a)**, em 05/02/2025, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto</u> nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz**, **Assessora-Chefe**, em 05/02/2025, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto n° 47.222, de</u> 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Cicera Maia**, **Servidora**, em 05/02/2025, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 47.222, de 26 de julho de</u> 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo**, **Assessor(a)**, em 05/02/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto</u> n° 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina dos Santos Gonçalves**, **Servidor(a) Público(a)**, em 05/02/2025, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.mg.gov.br/sei/controlador externo.php?">http://sei.mg.gov.br/sei/controlador externo.php?</a>
<a href="mailto:acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0">acesso externo=0</a>, informando o código verificador 106872802 e o código CRC 11531AAA.

**Referência:** Processo nº 1690.01.0009474/2019-29 SEI nº 106872802